BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS – Outubro-Novembro-Dezembro de 2013 - ISSN 2175-9103

Boletim 61
Data: Outubro-Novembro-Dezembro/2013

EDITORIAL

O Boletim que ora apresentamos é a última edição de 2013. Importa lembrar que os assuntos abordados neste número reforçam mais uma vez o compromisso que do PROEALC com as questões vivenciadas nos processos políticas latino-americanos, evidenciando o empenho em promover uma reflexão crítica sobre nossa região, no sentido de somar esforços para democratizar a democracia apenas formal que se estabeleceu por estas latitudes.

Neste número, o leitor poderá encontrar artigos que elucidam problemáticas cruciais de nossa atualidade. Nas Colunas Em Foco recomendamos a entrevista de Nicolás Maduro sobre os processos políticos venezuelanos na atualidade. Você poderá conferir também informes sobre: 1) a faces atuais da expulsão de camponeses do campo para ampliação do agronegócio na América Latina; 2) os novos ciclos de lutas no Brasil em torno do direito à cidade; 3) e os resultados das eleições de Honduras e do Chile.

Pesquisadores pós-graduandos da equipe PROEALC colaboraram também com essa edição, apresentando artigos nas Colunas Espaço Aberto, que constam de análises críticas sobre a questão do Crack e o acolhimento compulsório e sobre o tráfico internacional de mulheres.

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire

Dra. Andreia de Souza de Carvalho

Em Foco I

"Nicolás Maduro: O 'governo de rua' é uma revolução dentro da Revolução"

Depois de ter fracassado em sua tentativa de deslegitimar ao presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, democraticamente eleito em 14 de abril, a oposição já prepara as eleições municipais do próximo 8 de dezembro. Nessa perspectiva, lançou recentemente, com a ajuda da direita internacional e seus habituais cúmplices midiáticos, o boato de que o presidente Maduro não teria nascido na Venezuela e, por conseguinte, como estipula a Constituição, sua eleição não seria válida.

Sobre essa nova campanha de intoxicação e vários outros temas da atualidade, conversamos com Nicolás Maduro – a bordo do helicóptero que nos conduz de Caracas a Taguanes (Estado Guárico)-, no mesmo dia em que se cumpriam seus primeiros cem dias de governo como Presidente da República Bolivariana.

Tradução: ADITAL

Ignacio Ramonet: A oposição venezuelana lançou uma campanha, que encontra eco em alguns meios internacionais, afirmando que o senhor não nasceu na Venezuela, mas, em Cúcuta, Colômbia; e que possui dupla nacionalidade, o que, segundo a Constituição, o invalidaria como Presidente. Que comentários essa acusação lhe inspira?

Nicolás Maduro: O objetivo dessa loucura lançada por um demente da ultradireita panamenha é criar as condições para uma desestabilização política. Tentam conseguir o que não puderam fazer nem através das eleições, nem dos golpes de Estado, nem através das sabotagens econômicas. Estão desesperados. E se baseiam na ideologia anticolombiana que a burguesia e a direita venezuelanas sempre tiveram contra o povo da Colômbia.

A esse respeito, se eu houvesse nascido em Cúcuta ou em Bogotá, me sentiria feliz de ser colombiano. Porque é uma terra fundada por Bolívar. Se tivesse nascido em Quito ou em Guayaquil, também me sentiria orgulhoso de ser equatoriano, porque é uma terra libertada por Bolívar; ou em Lima, ou em Potosí, ou em La Paz, ou em Cochabamba, me sentiria feliz por ser peruano ou boliviano; e se houvesse nascido no Panamá, terra de Omar Torrijos, terra de dignidade, que fez parte da Gran Colômbia, de Bolívar, também me sentiria orgulhoso de ser panamenho. Porém, nasci e me criei em Caracas, berço do Libertador; nessa Caracas sempre convulsa, rebelde, revolucionária. E aqui estou como Presidente. Essas loucuras serão recordadas como parte da crise de desespero esquizofrênico na qual, às vezes, a direita internacional entra com o objetivo de acabar com essa réstia de luz que é a revolução bolivariana.

Por outro lado, o Presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, declarou recentemente que foram descobertas conspirações contra o senhor, com intenção de atentar contra sua vida.

Nicolás Maduro: Sim, o ministro do Interior, Rodríguez Torres, o Presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello e eu mesmo revelamos um dos planos de assassinato que estava sendo preparado para o dia 24 de julho, aniversário do nascimento de Simón Bolívar, e comemoração dos 190 anos da Batalha Naval de Maracaibo. Dispunham de um conjunto de planos que conseguimos neutralizar e que têm sempre sua origem na mesma direita internacional. Aí, aparece por exemplo, o nome de Álvaro Uribe (ex-presidente da Colômbia), que tem uma obsessão contra a Venezuela e contra os filhos de Chávez. Aparece também a velha máfia de Miami, a de Posada Carriles, que conta com o apoio de importantes instâncias de poder nos EUA. O governo de Barack Obama não quis desmontar essa máfia de Posada Carriles, um terrorista convicto e confesso, perseguido pelas leis de nosso país porque derrubou um avião de Cubana de Aviação, em outubro de 1976…

Posso garantir-lhe que continuaremos defendendo-nos, neutralizando esses planos… e vencendo. Se eles alcançassem seu objetivo, se criaria uma situação que não gostaria nem de pensar nela. A quem menos lhe convém que algo assim aconteça é a direita venezuelana. Desapareceria do mapa político de nosso país por 300 anos… Porque a Revolução tomaria outro caráter, sem dúvida, muito mais profundo, muito mais socialista, muito mais anti-imperialista. Espero que esses planos jamais tenham êxito, porque repercutiria muito mal para eles. E eu veria tudo lá do céu…

O senhor pensa que o fracasso da oposição em sua tentativa de desestabilização se deve à política que o senhor tem impulsionado, ou a uma mudança de atitude da própria oposição ante as eleições municipais do próximo 8 de dezembro?

Nicolás Maduro: Deve-se, principalmente, à fortaleza institucional da democracia venezuelana, e a decisão que tomei, apoiando-me nessa fortaleza, de derrotar o mais cedo possível a tentativa de insurreição e de violência. Neutralizá-lo. Não permitir que se estendesse. Eles tentaram uma espécie de insurreição nas principais cidades, nos dias 15 e 16 de abril.

Qual foi o grau de violência?

Nicolás Maduro: Assassinaram 11 pessoas humildes, entre elas, uma menina e um menino. E feriram a quase 100, dos quais pouco se fala. Teve gente que ficou com sequelas para toda a vida.

A oposição mostrou seu verdadeiro rosto golpista. Aparentava bons modos democráticos, porém, quando [em 5 de março], o comandante Chávez faleceu, decidiu desconhecer o resultado das eleições e tentar impor pela força –com o suposto apoio internacional dos EUA e de outros governos da direita-, uma operação para desestabilizar a Revolução. Conseguimos neutralizá-los e derrotá-los logo. Agora, não lhes resta outro caminho que voltar a tentar, pela via eleitoral, ocupar espaços nas prefeituras. Nós os obrigamos a que assim seja. Se não fosse por nossa decisão, de que a Constituição seja respeitada, eles teriam levado nosso país a uma situação de guerra civil.

Em recentes declarações, o senhor alertou sobre fissuras na unidade da Revolução. O senhor teme uma divisão do chavismo?

Nicolás Maduro: As forças divisionistas e dissolventes sempre ameaçaram qualquer Revolução. As aspirações ao poder de grupos de pessoas são uma negação do projeto da Revolução Bolivariana, que é de caráter socialista, e exige desprendimento e sacrifício. O comandante Chávez foi presidente porque as circunstâncias da história o colocaram nesse posto. E eu sou presidente, não por ambição individual ou porque represento um grupo econômico ou político; sou presidente porque o comandante Chávez me preparou, me designou e o povo venezuelano me ratificou em eleições livres e democráticas.

Assim, que todas essas forças dissolventes sempre existirão. Porém, a Revolução tem a capacidade moral, política, ideológica para sobrepor-se a qualquer tentativa de divisão de suas forças. Eu disse isso no Llano venezuelano, porque estava vendo com meus próprios olhos, lá mesmo, diante de mim, uma pessoa que se diz chavista, porém, por debaixo dos panos, é financiado pelos latifundiários, e ele tem um discurso chavista para dividir. Não é impossível que quando esse indivíduo constate que não é designado pela Revolução como candidato à prefeitura desse município, se lance por sua conta… Estamos em boas condições para conseguir candidaturas unitárias em quase todos os municípios do país; e teremos que fazer um grande esforço para derrotar as forças dissolventes desses setores que se dizem chavistas; mas, no final, acabam sendo aliados da contrarrevolução.

Em relação à prática governamental precedente, o senhor introduziu várias mudanças: crítica da insegurança, denúncia da corrupção e, sobretudo, o que chama o "governo de rua" Por que sentiu a necessidade de insistir nesses temas? E que balanço faz do "governo de rua"?

Nicolás Maduro: Em primeiro lugar, o "governo de rua", estabeleceu nessa nova etapa um método para que exista uma direção coletiva da Revolução. Segundo: criou-se um sistema de governo onde não há intermediários entre o poder popular local e a instância de governo nacional. Trás solução para problemas concretos; porém, sobretudo, contribui à construção do socialismo, das comunas, de uma economia socialista, e a consolidação de um sistema público de saúde integral, gratuito e de qualidade, e de um sistema educativo público e gratuito de qualidade… E o "governo de rua" é uma revolução dentro da Revolução.

É também uma maneira de combater o burocratismo?

Nicolás Maduro: De vencê-lo. Propondo outro sistema. Porque os modelos de governo que herdamos expressam a forma de governar do Estado burguês, ele mesmo herdeiro da colônia, na América Latina. O presidente Chávez os derrotou mediante as Missões que constituíram um novo modelo de gestão das políticas públicas. Nós, estamos agregando o "governo de rua" às Missões, que, poderíamos dizer, é uma instrução direta do comandante Chávez. Ele nos ordenou, a Elías Jaua que era vice-presidente na época e a mim, que era vice-presidente político, que fôssemos construindo um sistema de governo regionalizado 0"popular", dizia ele- e eu lhe pus "governo de rua". Todas são instruções e orientações dentro da filosofia de um modelo socialista no qual o poder não seja das elites –nem elites burguesas, nem l]novas elites que se burocratizam ou se aburguesam-. Queremos que o poder esteja democratizado, que seja uma vacina contra o burocratismo, contra o aburguesamento e, além do mais, que nos permita alcançar a "eficiência socialista".

Se a oposição ganhar as eleições municipais de 8 de dezembro próximo, é provável que chame a um referendo revocatório em 2015. Como o senhor vê essa perspectiva?

Nicolás Maduro: Estamos preparados para todos os cenários. Sempre diremos a verdade ao povo. Se a oposição conseguisse uma boa votação no 8 de dezembro, tentará aprofundar a desestabilização para dissolver nossa pátria, acabar com a independência e acabar com a Revolução do comandante Chávez, que retomou o conceito de Republica Bolivariana. Vão impor cenários de desestabilização violenta em primeiro lugar e os EUA tentarão acabar com os níveis de independência e de união que a América Latina possui hoje.

Temos uma grande responsabilidade, porque estamos defendendo um projeto que pode tornar possível outro mundo em nossa região e pode contribuir para criar um mundo multipolar, sem hegemonias econômicas, militares, nem políticas do imperialismo estadunidense. Boa parte do nascimento de outro mundo onde se respeitam os direitos dos povos do Sul –e, inclusive, dos povos da Europa, para que a Europa livre-se do neoliberalismo-, depende de que, na América Latina, triunfem definitivamente as ideias de constituir um bloco de força e de equilíbrio para consolidar a ideia de que já não somos nenhum "pátio traseiro/quintal" dos Estados Unidos. Tudo isso depende, em boa medida, do que aconteça por aqui.

Como o senhor explica o resultado da oposição no passado 14 de abril, e como pensa ganhar o próximo 8 de dezembro?

Nicolás Maduro: Há um eleitorado que sempre votou indistintamente na oposição. Porém, no dia 14 de abril, uma boa parte dos que não votaram em nós o fizeram por descontentamento, por coisas mal feitas, problemas acumulados… No entanto, esses eleitores nunca acompanharam as aventuras golpistas e antibolivarianas da direita. A esses venezuelanos, nós, permanentemente, dizemos que estamos na rua, trabalhando para melhorar as coisas. Eles sabem que não tem sido fácil. E que a epopeia maior foi, na véspera do 14 de abril, sobrepassar a tragédia histórica da morte do comandante Chávez; superar o luto coletivo. Quando uma pessoa entra em luto, pode cair em estado de desesperança; não crer em nada. Boa parte do povo venezuelano entrou em luto profundo. E os especialistas em guerra psicológica que acossam nosso país se aproveitaram desse momento e dessa fragilidade para atacar duramente… Por isso, nossa vitória no dia 14 de abril foi realmente heroica.

O que estamos realizando –o "governo de rua"; a recuperação da economia; a atenção a temas intransferíveis, como a segurança cidadã, a corrupção…-. Isso nos dará forças para a grande vitória do 8 de dezembro. E será a garantia de que se abre um novo caminho para a construção do socialismo do século XXI.

Até onde o senhor pensa chegar em sua luta contra a corrupção?

Nicolás Maduro: Até as últimas consequências. Vamos com tudo! Enfrentamos uma direita muito corrupta, herdeira da IV República descomposta e em decadência. Porém, também estamos enfrentando a corrupção que fez ninho no campo revolucionário ou no seio do Estado. Não haverá trégua! Constitui uma equipe secreta de investigadores incorruptíveis que já estão destampando vários casos. Temos alguns detidos de mais alto nível e vamos seguir atacando forte. Serão julgados e irão para onde devem ir: para a prisão!

Como o senhor vê a situação da economia venezuelana? Vários análises alertam sobre o elevado nível da inflação.

Nicolás Maduro: A economia venezuelana está em transição para um novo modelo produtivo, diversificado e 'socialista do século XXI', no marco da construção de um novo quadro econômico constituído pela integração sul-americana e latino-americana. Não devemos esquecer que, agora, somos membros do Mercosul; somos membros da Alba (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América) e lideramos Petrocaribe. Toda essa massa geográfico-demográfico-econômica reúne 24 países do continente, o que poderia representar quase a quarta economia do mundo… Temos que transformar a economia venezuelana e conectá-la com o desenvolvimento desse novo marco econômico, e, ao mesmo tempo, integrar-nos, em situação vantajosa, na economia mundial. Não de dependência. Por isso digo que estamos em transição.

Sobre a inflação, lhe direi que padecemos um ataque muito forte, especulativo, contra nossa moeda, e estamos superando. Há também uma sabotagem ao abastecimento de vários produtos. Tudo isso produz inflação. Porém, já começamos a controlar, a equilibrar; e estou certo de que superaremos essa situação no que resta do segundo semestre.

Vamos estabilizar a moeda. Já começamos a estabilizar o abastecimento; porém, a chave fundamental para que saiamos desse modelo rentista, dependente, é a diversificação de nossa produção. Estamos realizando grandes investimentos em setores chave da produção de alimentos, da agroindústria e da indústria pesada. Estamos atraindo capital internacional que traga divisas e tecnologia. Recentemente, fizemos um giro pela Europa e estamos otimistas de que venham capitais da França, da Itália, de Portugal… Desejamos que venha capital do Brasil, da Índia, da China, com sua tecnologia para desenvolver a indústria intermediária na Venezuela, diversificando-a. Para que a Venezuela tenha motores próprios e variados e não dependa somente do petróleo que, claro, constitui um motor poderosíssimo para os próximos 50, 80 anos. Poderosíssimo. Não esqueçamos que a Venezuela dispõe de mais importantes resevas de petróleo do planeta e possui a quarta reserva de gás. A Venezuela é uma economia com muito poder financeiro e econômico. O que veremos, sobretudo a partir de 2014, é uma recuperação do nível de estímulo e crescimento da economia venezuelana.

Como se explicam os problemas de desabastecimento, que têm sido muito criticados pela imprensa internacional?

Nicolás Maduro: O desabastecimento faz parte de uma estratégia de "guerra silenciosa", onde atores políticos, acompanhados por atores econômicos nacionais e internacionais, vendo o estado de gravidade do comandante Chávez, entre dezembro de 2012 e março desse ano, começaram a atacar pontos chave dos processos econômicos venezuelanos. Alentados também por alguns erros cometidos no sistema de câmbio de divisas na Venezuela, que já foram corrigidos. Essas forças antibolivarianas, pouco a pouco, começaram a golpear o abastecimento dos produtos que importamos. Além disso, para explicar a escassez de alguns produtos, devemos levar em consideração que o poder aquisitivo dos venezuelanos não para de aumentar. Temos apenas 6% de desemprego e o salário mínimo urbano aqui é o mais alto da América Latina. Outro ponto importante, reconhecido pela FAO (Organização das nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, siglas em inglês), somos o país do mundo que mais tem feito para combater a fome. Tudo isso -é muito importante considerar- gerou uma capacidade de consumo da população que está crescendo a cada ano acima de 10%. O consumo cresce em um ritmo superior à capacidade de produção do país e à capacidade dos mecanismos que tínhamos para abastecê-lo com importações.

O comandante Chávez, na última vez que falei com ele pessoalmente, no dia 22 de fevereiro passado, quando avaliamos a situação econômica e falamos sobre o desabastecimento, me disse: "Desatou-se uma 'guerra econômica' para aproveitar minha doença e a gravidade de minha situação e a possibilidade de chegarmos às eleições presidenciais. Nesse caso, a burguesia tentaria criar circunstâncias econômicas difíceis para, com o apoio imperial, dar o golpe final na Revolução Bolivariana".

Nós já estamos saindo dessas circunstâncias. Ao povo venezuelano jamais faltou o alimento. Nunca. Pode ir em qualquer bairro popular, desses que eu conheci nos anos 80, onde as crianças eram famélicas, onde as pessoas comiam uma vez ao dia e, às vezes, comida para cachorro… O bairro mais humilde que encontrem no país, onde quiser, pode abrir a despensa e verá carne, arroz, óleo, leite… O povo tem garantido o alimento e isso nas piores circunstâncias da 'guerra econômica' que nos fizeram.

Por isso, temos estabilidade social e política. Agora, essa guerra é muito diferente daquela de onze anos atrás. Saía o chefe da patronal, Carmona Estanga, e chamava a paralisação geral. Saía o chefe da velha burocracia sindical, Carlos Ortega, e chamava à paralisação. Eles davam a cara, assumiam a sabotagem da economia e houve grandes desabastecimentos que quase provocam uma explosão social em 2002-2003. Agora, não. Agora é a 'guerra silenciosa', uma 'guerra suave', 'diplomacia suave', segundo consignas de Washington. Em 2002-2003, governava George W. Bush, que era brutal e dizia: "Vou invadir!" e invadia; "Vamos derrocar tal governo" e o derrocava. Agora, é o suave, o escondido, e aparece a direita fascitoide que vai sorrindo e dizendo: "Esse governo é incapaz porque não pode abastecer as cidades". Quando são eles os que estão por detrás de um plano, com agentes internacionais no campo econômico para causar dano ao país. Porém, vamos superando e vamos nos vacinando. No futuro, lhes será impossível arremeter com esses mesmos mecanismos.

En la economía ¿qué papel le ve usted al sector privado?

Nicolás Maduro: Históricamente, el sector privado en Venezuela tiene poco desarrollo. Nunca hubo burguesía nacional. El sector privado, en lo fundamental, se desarrolló cuando surge el petróleo, como un factor más bien vinculado a la apropiación de la renta petrolera. Casi todas las grandes riquezas de la burguesía venezolana están vinculadas a la manipulación del dólar, sea para importar productos (la burguesía comercial) o sea para apropiarse de la renta y colocarla en cuentas de grandes bancos en el exterior. Así que, en cien años, no tuvimos una burguesía productiva como la tuvo Brasil por ejemplo, o Argentina. Ahora es cuando estamos viendo resurgir sectores privados con proyectos vinculados a la verdadera producción de riquezas para el país.

En el modelo socialista venezolano, el sector privado tiene un papel que jugar en la diversificación de la economía. Desde siempre, el Comandante Hugo Chávez favoreció las relaciones con el sector privado, tanto en la pequeña, como en la mediana o la gran empresa, favoreció el desarrollo de empresas mixtas y la venida de capital privado internacional. Hay un pensamiento económico que, en Venezuela, se ha desarrollado para seleccionar en qué área es necesaria la inversión extranjera. Qué capital puede venir y en qué condiciones. Por ejemplo: aunque nuestro petróleo está nacionalizado, existen modalidades diversas que permiten inversiones, en la Franja del Orinoco, de todo el capital mundial; allá hay empresas de todo el planeta, empresas mixtas: 40% capital internacional, 60% Venezuela. Les cobramos los impuestos debidos –antes se cobraba el 1%, ahora se les cobra el 33%. Venezuela ofrece todas las garantías constitucionales para recibir capital internacional.

¿Se mantendrá el control de cambio?

Nicolás Maduro: El control de cambio es un sistema exitoso. En febrero pasado, para defendernos de un ataque brutal contra la economía y contra la moneda, tuvimos que adecuar, digamos, el bolívar. Venezuela puede manejarse con este tipo de cambio que tenemos, perfeccionándolo. Debemos fortalecer nuestra moneda, vacunarla contra los ataques especulativos y perfeccionar el sistema de manejo de las divisas convertibles.

Usted me habló antes de 'eficiencia' ¿Qué progresos ha constatado en materia de 'eficiencia', en particular en el campo de la economía?

Nicolás Maduro: En primer lugar, una mejora sustantiva del sistema del Cadivi [Comisión de Administración de Divisas], el organismo que maneja el control de cambio en Venezuela. Realmente ha mejorado mucho en los controles previos, los controles posteriores y la asignación de las divisas necesarias para los agentes económicos. Otro elemento muy importante ha sido la creación del Sicad [Sistema Complementario de Administración de Divisas], un mecanismo de subastas que está funcionando de manera perfecta, pero al que, además, tiene ahora acceso el público en general. Cualquiera puede ir al Sicad. La gente común y corriente puede obtener divisas para su vida normal, sin necesidad de pasar por ninguna alcabala. Esos son progresos concretos.

Pero también hemos constituido un Estado Mayor para la dirección de la economía, dirigido por Nelson Merentes, el vicepresidente de Finanzas. Allí están todos los ministros de los sectores económicos. Cada ministro tiene que supervisar, apoyar y dirigir cada rubro que se produce en Venezuela. Hemos seleccionado 58 rubros fundamentales. Tenemos un seguimiento permanente -pudiera ser hasta diario, ahora es semanal- de cómo va la producción de cada uno de esos productos, qué inversiones hacen falta, qué trabas tienen para su comercialización interna… O sea, vamos logrando un mecanismo clave para gobernar la economía. De igual modo que se gobierna, a nivel político, un país, hay que gobernar la economía. Sobre todo si nos estamos planteando construir el socialismo.

El capitalismo es el reino de la anarquía, y cuando hay anarquía en lo económico gobierna quien tiene más poder: el capital financiero. Hoy ¿quién gobierna realmente Europa? El capital financiero. En Europa, este capital financiero está desmontando el Estado de bienestar que se constituyó después de la Segunda Guerra Mundial. En Venezuela no, estamos construyendo un gobierno económico para edificar el socialismo ¿Para qué debe servir la economía? Para garantizarle a la ciudadanía la salud, la alimentación, la vivienda digna, la educación gratuita… ¿A quién le debemos estos derechos universales? A la Revolución Francesa y a la

Ilustración que llegaron a nuestra tierras, traducidas al mestizaje latinoamericano, de la mano de Simón Rodríguez, y que defendió Bolívar. Es parte del patrimonio más grande de la humanidad. Pero el capital financiero niega todo eso.

En estos cien días de gobierno, nuestra impresión es que la principal crisis de política exterior que conoció Venezuela fue con Colombia. ¿Cómo están actualmente las relaciones con Bogotá?

Nicolás Maduro: En estos cien días, hemos logrado consolidar todo el eje de relaciones estratégicas, ante la construcción de una nueva geopolítica regional y de un nuevo sistema de fuerzas para garantizar la nueva independencia del continente. Las diferencias con Colombia han sido tratadas, evidentemente, a través del diálogo. Hemos trazado las líneas de conducta para su superación. Yo confío en la palabra del presidente Juan Manuel Santos, y espero que logremos lo que conversamos. Yo confío en que vamos a tener una relación de coexistencia pacífica y positiva entre dos modelos: un modelo socialista, de revolución cristiana del siglo XXI, igualitario, de democracia popular como el venezolano, y otro modelo que no voy a calificar, pero que es distinto al nuestro. Estamos obligados a coexistir como hermanos siameses. Hemos demostrado que se puede coexistir y ojalá los sectores políticos y económicos dominantes en Colombia y el presidente Santos al mando del gobierno, entiendan que la coexistencia y el respeto son básicos para el desarrollo de nuestros dos países.

¿Cómo van las relaciones con Washington?

Nicolás Maduro: Quisiera decir, primero, que Barack Obama es un presidente circunstancial. Es una circunstancia en el seno de la élite que gobierna Estados Unidos ¿Por qué llega Obama a la presidencia? Porque convenía a los intereses del complejo industrial militar-financiero-comunicacional que dirige Estados Unidos con un proyecto imperial. Quien conozca en profundidad la historia de la fundación de Estados Unidos y de su expansionismo, reconocerá que es el imperio más poderoso que ha existido, con un proyecto de dominación mundial. Sus élites eligieron a Obama en función de sus intereses, y han logrado parte del objetivo que se plantearon: hacer que el país aislado, desprestigiado que era Estados Unidos en la época de George W. Bush, se convirtiera, gracias a Obama, en una potencia que posee de nuevo capacidad de influencia y de dominación. Si no, veamos el caso de Europa, sometida a los dictámenes de Washington como nunca antes.

Lo que pasó con el presidente de Bolivia Evo Morales, cuando cuatro Estados europeos le negaron el acceso a su espacio aéreo, es una demostración gravísima de cómo, desde Washington, se dirige a los gobiernos de Europa. Es muy desconcertante realmente. Yo no sé si los pueblos de Europa saben eso, porque a veces, con el control comunicacional que hay, estas noticias se van banalizando y se van dejando de lado. Pero es muy grave. Obama ha logrado que el Imperio crezca en influencia política.

Los Estados Unidos van preparándose hacia una nueva etapa que es crecer en dominación militar y económica. En América Latina, su proyecto es revertir los procesos progresistas de cambio para volver a convertirnos en su patio trasero. Por eso están retomando –con otro nombre– el proyecto del ALCA [Área de Libre Comercio de las Américas], para dominarnos económicamente y retomar los mismos métodos del pasado. Fíjese, bajo el mandato de Obama: golpe de Estado en Honduras dirigido desde el Pentágono; intento de golpe de Estado contra el presidente de Ecuador Rafael Correa, teleguiado por la CIA; golpe de Estado en Paraguay operado por Washington para sacar al presidente Fernando Lugo… Que nadie se llame a engaño, si los Estados Unidos viesen que hay condiciones favorables, vendrían de nuevo a llenar de oscuridad y de muerte América Latina.

Por eso la relación del gobierno de Obama con nosotros es esquizofrénica. Ellos piensan que nos pueden engañar con la 'diplomacia blanda'; que nos vamos a dejar dar el 'abrazo de la muerte'. Nosotros lo hemos planteado muy claro: ustedes allá con su proyecto imperialista y nosotros acá con nuestro proyecto de liberación. La única forma de que haya una relación estable y permanente es que nos respeten. Por eso he dicho: "Tolerancia cero con el irrespeto gringo y de sus élites. No lo vamos a tolerar más".

Si nos siguen agrediendo, responderemos a cada agresión con mayor fortaleza. Ha llegado la hora de la tolerancia cero.

En la reciente Cumbre del ALBA, usted ha propuesto una articulación ALBA-Mercosur-Petrocaribe. ¿Es una respuesta a la Alianza del Pacífico (1)?

Nicolás Maduro: No. Es una necesidad histórica. Tenemos que consolidar los espacios económicos logrados. Mercosur ha venido viviendo una transformación muy positiva y ahora, con la incorporación de Venezuela, la próxima incorporación de Bolivia y la posible incorporación de Ecuador, comienza Mercosur a ocupar un espacio vital en Suramérica.

Petrocaribe es una realidad maravillosa que ha permitido la estabilidad energética, económica, financiera y social de 18 países del Caribe. Y el ALBA es una vanguardia donde ha habido ensayos económicos como el SUCRE [Sistema Único de Compensación Regional], una unidad de cambio latinoamericana, o como el Banco del ALBA y otros ensayos como las 'empresas grannacionales' que han ido adquiriendo experiencia y espacios.

Ha llegado el momento de acercar todos los espacios ya conquistados para definir un nuevo modelo económico. Ha llegado la hora de unir ese inmenso espacio Mercosur-ALBA-Petrocaribe que representaría, repito, casi la cuarta economía del mundo, en un espacio nuestro, y no de falso libre comercio ¡Porque el libre comercio es falso! ¿Cree usted posible la libre circulación, en los mares, de un tiburón y una sardina sin que el tiburón se coma a la sardina? Imposible. El libre comercio es como cambiar pepitas de oro por espejitos, sistema con el cual nos colonizaron hace 500 años. Tenemos que consolidar una zona económica complementaria, diversa, desarrollada, con sus mecanismos financieros, monetarios, y convertirnos en un poderoso bloque económico. Y, a partir de ahí, tener relaciones con Rusia, la India, China, Sudáfrica; redefinir nuestras relaciones comerciales y económicas con Europa, con Estados Unidos, donde nosotros no volvamos a ocupar el papel de colonia.

¿Cómo ve usted las relaciones con la Unión Europea?

Nicolás Maduro: La Unión Europea ha perdido la oportunidad de convertirse en una gran potencia equilibradora del mundo. Todos los pueblos del planeta aspirábamos a que la Unión Europea fuera la fuerza de equilibrio del mundo. Pero parece que no. El capital financiero y los viejos complejos colonialistas de las élites que dirigieron Europa durante 300 años, parece que se van a imponer a la conciencia democrática y democratizadora de la mayoría de los pueblos de Europa. ¿Qué deseamos de la Unión Europea? Que cambie su política, que deje de estar de rodillas ante Washington, que se abra al mundo y que vea a América Latina como una gran oportunidad para volver a restablecer el Estado de bienestar social y para establecer relaciones con nosotros de igualdad, de prosperidad, de crecimiento. De manera natural, podemos desarrollar una alianza Unión Europea-América Latina y el Caribe para el desarrollo conjunto. Estamos preparados para eso. Entendemos perfectamente la cultura occidental, somos parte de ella, aunque tenemos nuestras particularidades mestizas. Pero las élites europeas no nos entienden. Ojalá eso se supere.

El Presidente Chávez quería hacer de Venezuela un "país potencia" en un "mundo multipolar" ¿sigue siendo esa la línea, en materia de política exterior?

Nicolás Maduro: Claro. En su corta vida, Chávez logró no sólo rescatar a Bolívar como idea, inspiración y símbolo, sino que lo convirtió en una estrategia. Logró hacer que, en el mundo, coexistan dos modelos: el capitalista-neoliberal, y el modelo bolivariano-independentista-chavista, de justicia, de socialismo. En todo el planeta hoy se están debatiendo esos dos proyectos: el del regreso de la hegemonía unipolar del imperialismo estadounidense; o el modelo de un mundo multipolar y multicéntrico.

El Comandante Chávez configuró una política de desarrollo de ejes de fuerza, de núcleos de fuerza, de anillos de fuerza para desmontar el mundo controlado por el imperialismo. Y sobre todo para construir un nuevo sistema de relaciones internacionales. La humanidad no podrá existir si no se desarrolla esa política internacional. Lo otro es cruzarse de brazos y rendirse a que el Imperio reconquiste el mundo, lo vuelva a dominar y nos esclavice más temprano que tarde. No lo vamos a permitir.

Nota:

(1) Bloque comercial constituido por Chile, Colombia, México y Perú.

[Entrevista realizada el 31 de julio de 2013, en el número Nº: 215, Septiembre 2.013 de Le Monde Diplomatique].

Fonte: http://www.fazendomedia.com/nicolas-maduro-o-governo-de-rua-e-uma-revolucao-dentro-da-revolucao/

Em Foco II

"Entrevista con Cristóbal Kay: Acaparamiento de tierras en América Latina"

Por redação, 2013-11-13

El acaparamiento de grandes extensiones de tierras, conocido en inglés como *land-grabbing*, fenómeno que surgió principalmente en la última década y que se acentuó a partir de la crisis alimentaria del 2008, está transformando radicalmente la estructura agraria en el mundo, desplazando al campesinado y reforzando la agroindustria. En África y Asia, este fenómeno corresponde principalmente a acuerdos entre Estados, donde un gobierno acuerda la compra o arriendo de grandes extensiones –cien, doscientas mil hectáreas o más-, en otro país, para producir alimentos bajo su propio control y exportarlos, a fin de garantizar la seguridad alimentaria de su población.

En América Latina, sin embargo, el proceso ha asumido una característica distinta, según explica **Cristóbal Kay**, especialista en desarrollo y reforma agraria. Y es que en nuestro continente, no son otros Estados sino principalmente las grandes empresas translatinas las que están invirtiendo en países vecinos. En entrevista con ALAI, Kay advirtió que, entre más avanza este proceso, más complejo se vuelve pensar en una reforma agraria en los países afectados.

Académico especializado en teoría del desarrollo, que estudió primero en Chile e Inglaterra, y hoy es profesor del Instituto de Estudios Sociales de La Haya, Cristóbal Kay nos recordó que en América Latina este fenómeno tiene sus raíces en la llamada década perdida de los años 80, con las políticas neoliberales. Cuando los Estados disminuyeron sus políticas de crédito y asistencia técnica al campesinado y bajaron los aranceles a la importación de alimentos, la economía campesina quedó marginada y muchos campesinos tuvieron que buscar otras formas de ingreso, cuando no acudir a la migración. En cambio los sectores rurales que salieron beneficiados fueron aquellos productores agrícolas capitalistas que tenían acceso a las inversiones y los conocimientos necesarios para entrar en los nuevos mercados de exportación, con nuevos productos como el brócoli, hortalizas, frutas, palma africana aceitera.

Este hecho, relata Kay, "cambió totalmente la estructura agraria, llevando hacía un proceso de concentración de tierras y, también, hacía un proceso de capitalización del agro… Se expandieron estas empresas agrarias, muchas veces incorporando a tierras campesinas, o deforestando la amazonia, llegando a nuevas fronteras agrícolas, creando también una serie de efectos negativos para la ecología de esos países". Esta nueva estructura agraria funciona con mano de obra temporal, sin estabilidad laboral y con salarios muy bajos, o donde hay cultivos muy mecanizados, como la soya, crea muy poco empleo. "En medio siglo, desde 1960 hasta 2010, el cultivo de la soya pasó de 260 mil hectáreas a más de 42 millones. O sea, se multiplicó varios cientos de veces", señala el investigador.

Sigue nuestra conversación sobre estos temas, en la cual Kay nos contó cómo en América Latina el actual proceso de acaparamiento de tierras sigue parámetros novedosos a nivel mundial, puesto que se trata esencialmente de empresas latinoamericanas de un país que invierten en otro país latinoamericano.

CK: Son grandes compañías que ya controlan cincuenta mil hectáreas, o cien mil hectáreas, por ejemplo de Argentina; que hacen después inversiones en Paraguay, o Uruguay, especialmente para soja, o para pasto y ganadería. Y Brasil hace lo mismo: hay muchos empresarios agrícolas brasileños que ya hace como tres o cuatro décadas atrás, han comprado tierras en la parte oriental de Bolivia, en Santa Cruz, en las tierras bajas de Bolivia, y hoy en día controlan quizás un tercio de las tierras del Oriente boliviano. Controlan como el 40 o 50% de la producción de soja de Bolivia.

Paraguay, es el caso más dramático. En este país, casi dos tercios de toda la producción de soja es controlada por capitales, inversionistas, terratenientes, de origen brasileño -la mayoría-, pero también una parte importante de argentinos. Entonces se plantea allí un problema de soberanía nacional, porque gran parte de esas inversiones de compra de tierra por parte de los brasileños y los argentinos se da en la zona fronteriza con esos países. Y, el cultivo de la soja es el más importante de Paraguay, entonces controlando dos tercios de la producción de soja -no tengo una cifra exacta-, pero es como controlar quizá el 40% de toda la producción agropecuaria de ese país, por parte de esos capitales latinoamericanos.

Ahora, muchos de esos capitales latinoamericanos están asociados con capitales internacionales. Por ejemplo, con el famoso financista George Soros. Soros tiene una empresa que financia las compras de tierras a través de una empresa en Argentina, y hace inversiones a gran escala, con grandes maquinarias.

Entonces, hay algunos capitales extranjeros, pero no es la fuerza motriz de este cambio; la fuerza motriz viene de los propios capitales de algunos países latinoamericanos. Incluso países pequeños como Chile, que tiene cierta ventaja en la industria forestal. Hay un grupo forestal chileno que tiene más de un millón de hectáreas, de las cuales la mitad está fuera de Chile, en Argentina, Brasil y Paraguay. Como ya no hay más tierras para reforestar en Chile, estos capitales chilenos invierten en otros países latinoamericanos, en los que todavía hay cierta abundancia de tierra. Ahora, esto también tiene su impacto ecológico, especialmente con el monocultivo de eucalipto, que absorbe mucha agua, y el pino; y entonces no se puede cultivar después, es muy difícil volver a usar la tierra para otro uso agropecuario.

ALAI: Estas inversiones en tierra, ¿están vinculadas también a la especulación del sector financiero?

CK: Sí, porque la ventaja es que la tierra no pierde su valor, es una buena inversión fija, especialmente si los precios agropecuarios siguen subiendo, y es muy probable que los precios agrícolas nunca van a bajar de nuevo a los niveles pre-crisis del año 2008. Pero la especulación viene más bien con estos nuevos cultivos, como decía, la palma aceitera, palma africana, con la soja y también con la caña de azúcar. Estos tres cultivos se pueden llamar 'cultivos comodín'. Un colega de La Haya, Saturnino Borras, lo llama '*flexcrops*', que se puede traducir al castellano como 'cultivo comodín', porque se los puede dedicar a varios usos, ya sea como aceite, ya sea como comida, o para biocombustible. Y allí viene la ventaja, es decir, depende de los precios de los alimentos: si están bajos, dedican la caña de azúcar o la soja al etanol. Entonces especulan de acuerdo a cómo van los precios internacionales para cada uno de los productos. Eso le da esa flexibilidad al capital, y el capital siempre trata de maximizar la ganancia y la renta, usando los mercados internacionales.

ALAI: ¿De toda esta situación que acaba de describir, cómo ve las implicaciones a futuro? ¿De qué hay que preocuparse? ¿Qué alternativas podrían plantearse frente a esa situación?

CK: Estos nuevos capitales que acaparan tierras, extensiones de 100 mil hectáreas, y algunas llegando hasta a 1 millón de hectáreas, son cantidades de tierras inimaginables históricamente, van mucho más allá del antiguo latifundio. La diferencia es que son capitales no exclusivamente agrarios, sino que muchos de estos nuevos inversionistas vienen de la agroindustria, de la industria forestal, de la industria del procesamiento de la caña de azúcar, de la palma africana. O incluso, en el caso de capitales extranjeros, de capitales mineros o financieros; y capital comercial, incluso hay supermercados que invierten. Entonces, ya no es solamente un capital agrario, sino un capital que se origina de varias fuentes, que controla la cadena productiva. Es como toda una cadena de valor que está totalmente integrada y controlada por ese capital corporativo, que tiene tremendo poder, porque conoce el mercado internacional, tiene acceso a las últimas técnicas productivas, tiene la capacidad de financiar maquinaria, cosechadoras e industrias procesadoras.

Frente a eso, a un mercado libre, los gobiernos no tienen la capacidad de negociar o de buscar acuerdos más favorables para los países. Hay quizá algunas restricciones menores.

En cuanto a las implicaciones de este proceso, como ya mencionaba, desplazó a ciertos sectores campesinos, creó conflictos con pueblos indígenas, tal cual lo hacen algunas inversiones mineras, aunque estos casos son menos conocidos. Y es que en muchas de esas zonas que los gobiernos dicen que están vacías, que son tierras estatales, ya había poblaciones locales, indígenas, que estaban radicadas en esas zonas, y que con estas inversiones van siendo desplazadas.

En el tema de qué visión del futuro, pensando especialmente si uno quiere hacer una reforma agraria, yo creo que hoy en día es más complejo realizar una reforma agraria, porque el campesinado ya no enfrenta al antiguo señor feudal con el cual tenía una relación patronal clientelar. Pero había un enemigo claro -por así decirlo- con el cual uno podía realizar su lucha social: contra los patrones, contra los terratenientes que habían estado en esa zona hace siglos ya, desde la colonia, con el antiguo latifundio. Ahora son grupos inversionistas, muchas veces sociedades anónimas. Entonces, ¿cómo tener una política para tratar de expropiar o redistribuir la tierra, frente a un capital que puede vender las tierras fácilmente o moverse a otro lugar?

Además, ahora ya no se trata de expropiar tierra improductiva, no cultivada, como antes con el latifundio. No, estas son empresas capitalistas, con grandes inversiones de alta productividad, de alta tecnología, totalmente integradas al mercado internacional; entonces también los gobiernos son muy reacios a tocar a esas empresas.

Por lo mismo, hoy las reformas agrarias tendrían que ser mucho más participativas, tendrían que tener en mente las necesidades de las comunidades indígenas, tener una opción también de género, de incorporar a las mujeres en el proceso de la reforma agraria, lo que no se hizo en la reforma agraria de las décadas de los 50, 60 y principios de los 70, y también, por supuesto, tener toda una visión ecológica, que en la reforma agraria de los 50 los 60 no existía. Entonces, con toda esta nueva situación, es mucho más complejo tener un programa real, masivo de reforma agraria.

Consecuentemente, para enfrentarse a esos grandes conglomerados, como Monsanto, la lucha social ahora tiene que ser de un movimiento también transnacional. Como, por ejemplo, es el caso de la Vía Campesina. Hay que tener un movimiento campesino que esté interconectado e interrelacionado y que se globalice, se transnacionalice, aunando esfuerzos en cada país con esa lucha, más bien global, contra los transgénicos, contra el gran capital financiero y planteando sus propuestas a nivel de la comunidad internacional -a través de las Naciones Unidas, como la FAO, etc., porque es allí donde se mueven las fuerzas políticas.

Y aliándose con los movimientos ecologistas, con los movimientos que quieren mantener la biodiversidad genética, con los movimientos que van contra los supermercados, los movimientos que quieren fortalecer los mercados locales, las culturas locales, por un paisaje que no sea de monocultivo, etc. Allí, aunando esfuerzos entre sectores rurales con sectores sociales urbanos, crear una alianza política transnacional, para lograr cambiar este modelo de monocultivo y depredador. Es una visión, pero por suerte que hay varios pasos intermedios para lograr eso.

Fonte: http://alainet.org/active/68928

Em Foco III

"Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades"

Com o objetivo de injetar recursos nas cidades via mercado financeiro e construtoras, os petistas fizeram o bolo imobiliário crescer

Pedro Fiori Arantes (*)

12/11/2013

Nos países avançados, em que a crise econômica bateu mais forte e trilhões de dólares foram drenados do orçamento público para o sistema financeiro, o desemprego e o desalento dos jovens levaram às ruas e praças das grandes cidades indignados e*occupies*. Nos países árabes, foi o "basta!" (*kifaya*) às ditaduras e às diversas formas de opressão militar-religiosa. Mas, qual o motivo das revoltas recentes no Brasil, país "emergente" e até pouco tempo "sensação" da economia global? Pico da inflação, redução dos níveis de crescimento, escândalos de corrupção são causas insuficientes para justificar milhões de pessoas nas ruas nos atos diários de junho em todo o país, sobretudo nas grandes cidades, e que seguem ainda hoje, esparsos, mas latentes.

Afinal, vivíamos no Brasil da última década certo nível de crescimento econômico continuado; aumento do emprego, do consumo e do crédito; mobilidade social, programas compensatórios de transferência de renda; incentivo ao "empreendedorismo" de todos os tipos; recordes na produção, de carros a *commodities*; *status* de potência agrícola e mineral; descoberta das reservas do pré-sal com a miragem da renda petroleira irrigando o país; deixamos de ser devedores para sermos credores do FMI, de alunos passamos a exemplo do Banco Mundial; barramos a ALCA, ampliamos o Mercosul, levamos nossas empresas para a África e alcançamos a presidência da OMC; para arrematar, ganhamos a corrida para hospedar espetáculos globais, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Enfim, o país deixou de ser coadjuvante e tornou-se um dos protagonistas no concerto mundial das nações.

Se é assim, como, de uma hora para outra, tudo que ia bem parece ir mal? Muitas coisas desmentem ou relativizam esse cenário cor-de-rosa do Brasil emergente, mas talvez a principal delas seja a inviabilidade crônica de nossas metrópoles. O crescimento econômico e os níveis recordes de investimento não melhoraram as condições urbanas, mas, pelo contrário, levaram ao limite do impossível a vida nas cidades. Esse é um dos paradoxos de fundo, na origem do nosso "basta!".

Se a forma urbana das metrópoles pode dizer algo sobre a sociedade brasileira e os sentidos da nossa (de)formação nacional, ou de nossa precária e incompleta cidadania, não é preciso ser especialista para perceber que o Brasil, como projeto de civilização – visto pelo ângulo das nossas cidades –, está longe de resultar em algo integrado, coerente e igualitário. Há um avanço da barbárie urbana concomitante ao avanço da cidade-mercadoria. A maioria de nossas principais cidades vive situações recorrentes de caos e calamidade, apesar da abundância relativa recente. Nos últimos anos, vivemos o *boom* imobiliário e o *boom*automobilístico – ambos impulsionados pelo governo federal – que colaboraram não para o crescimento da qualidade da vida urbana, mas para sua crescente deterioração.

Aquilo deu nisso

Temos, supostamente, as leis e os instrumentos urbanísticos considerados os mais avançados do mundo, um Ministério das Cidades, o Estatuto das Cidades (nossa lei da Reforma Urbana), planos, conselhos, fundos, em vários níveis administrativos. Tudo resultado de anos de luta popular, mas também da sua institucionalização, graças à prevalência de certa tecnocracia espalhada em centenas de administrações públicas, universidades, gabinetes e ONGs, que canalizou a ação direta de desobediência civil (o ciclo das ocupações) na direção da prática "responsável" de quem propõe novos instrumentos legais, participa de conselhos de fundos públicos e seus programas governamentais, tudo dentro da ordem (o ciclo institucional).

Constatamos hoje que a quase totalidade desses instrumentos legais não é aplicada, sobretudo no que diz respeito a garantir a função social da propriedade, sobretaxar grandes propriedades privadas, imóveis abandonados ou especulativos, forçar a urbanização de terrenos ociosos, cobrar a dívida ativa de devedores por meio da dação de imóveis, combater os crimes ambientais realizados pelos ricos, barrar despejos forçados fazendo valer o direito inalienável à moradia (pela Constituição Federal, o direito à propriedade privada no Brasil é relativo) e, por fim, orientar e planejar o crescimento das cidades em favor das maiorias, da qualidade de vida dos cidadãos e contra sua apropriação como mais um negócio do capital, agora em sua fase financeira e globalizada.

O Programa Democrático-Popular e seu capítulo da Reforma Urbana não apenas não realizou o que prometeu, mas deu no seu contrário, numa Anti-Reforma, ou numa privatização/mercantilização crescente das cidades, tratadas como mais um ramo dos negócios. A face social da Reforma Urbana democrático-popular foi sendo recalcada a favor de soluções de mercado, das parcerias público-privadas e da gestão focalizada da pobreza – receituário do Banco Mundial bem aplicado pelo Brasil (hoje na condição de formulador das mesmas receitas e seus ajustes).

Façamos um breve recuo histórico. Nos anos 1980 e início dos 1990, houve um primeiro ciclo da Reforma Urbana, ainda menos institucionalizada, que esteve combinada com as primeiras administrações municipais do PT, a ação dos núcleos de base e das comunidades eclesiais de base, com suas diversas associações de moradores, a formação dos movimentos urbanos e suas articulações, entre elas com um pensamento renovado na universidade, com seus laboratórios e ações de campo em favelas e periferias. Foi quando se reconheceu, pela primeira vez, nas políticas públicas e na academia, a cidade "oculta", fora dos planos e leis, autoconstruída pelos trabalhadores.

Surgem naquele momento políticas dirigidas a essas áreas, fora da cidade do mercado, e que em muitas capitais abrigavam (e ainda abrigam) mais da metade da população. O novo urbanismo democrático-popular promove inversões de prioridades, projetos e obras de urbanização de favelas – no lugar da remoção forçada, que era a prática comum anterior –, a regularização fundiária, a construção de praças, escolas, saneamento e drenagem urbana, a produção de moradias por mutirão e autogestão, com qualidade superior às construtoras, políticas de assistência social de novo tipo, com experiências de economia solidária, além dos orçamentos participativos, que caracterizavam o "modo petista de governar". Iniciativas que foram naquele momento importantes referências da transformação social, de diálogo entre intelectuais, ativistas e trabalhadores, mas que passaram a ser esvaziadas de sentido político e transformadas numa espécie de tecnologia de gestão de massas urbanas empobrecidas. A ênfase na participação, da construção das casas à peça orçamentária, perdeu o sentido de construção de poder popular e tornou-se uma forma de atrelar os movimentos à agenda dos governos e ocupar mais tempo que o necessário dos militantes em inúmeras reuniões e representações pouco efetivas, enredados em decisões secundárias dentro de um jogo em que as cartas, frequentemente marcadas, já estavam sendo dadas pelo setor privado.

O movimento pela Reforma Urbana, mesmo na sua fase mais criativa, também não chegou a ultrapassar algumas barreiras fundamentais, sobretudo não avançou no questionamento da propriedade privada do solo urbano – que por 350 anos da história brasileira foi de livre acesso. A terra tornou-se cativa, isto é, foi privatizada no momento em que a escravidão ruía e que os homens cativos eram alforriados. A Lei de Terras, de 1850, ano em que o tráfico negreiro tornou-se ilegal, antecipava a despossessão dos trabalhadores assalariados em relação à terra para morar. O sistema se modernizava e armava o jogo para a venda da força de trabalho como único meio para alcançar a moradia e qualquer outro bem de subsistência: o trabalhador assalariado deveria pagar pela terra cativa, que até então fora livre.

No programa da Reforma Urbana democrático-popular, a propriedade privada não foi questionada e combatida. Ao contrário, deveria ser regulada e distribuída a todos. Contra o latifúndio urbano a solução era o minifúndio privado, como na Reforma Agrária. Na prática, isso significou, mesmo nas experiências mais avançadas, projetar e construir loteamentos convencionais, em geral com lotes abaixo do mínimo permitido pela legislação, único meio de equacionar a compra da terra, até a construção de prédios em condomínios fechados. A propriedade privada seguiu ditando o modelo (da política à arquitetura), pois o objetivo não foi superá-la, mas reparti-la com todos.

Pleiteava-se o lote, a casa e alguma infraestrutura urbana. Avançou-se pouco em relação aos espaços coletivos, em direção a novas formas de produção, educação e saúde sob gestão dos movimentos populares, como ocorreu com mais frequência nos assentamentos de Reforma Agrária. No máximo, ao lado das moradias, erguia-se um centro comunitário, uma padaria, uma quadra esportiva e, se possível, guaritas e muros.
Formas de propriedade pública e estatização do solo eram recusadas (com exceção do caso especial de Diadema, e de poucos projetos de aluguel social em São Paulo, tidos hoje como "equívocos"), vistas como planificação antidemocrática, típica do socialismo real ou de regimes autoritários, como nossa ditadura militar. Contudo, a base da Reforma Urbana europeia e de seus Estados de bem-estar social também foi o controle parcial da terra pela propriedade pública, com moradias estatais de aluguel subsidiado, construídas e reguladas pelo governo, como forma de alocação planejada e relativamente igualitária das populações nos territórios. Tal modelo, como se sabe, supostamente em crise desde meados dos anos 1970, foi parcialmente desmontado por políticas neoliberais (a Inglaterra de Thatcher, por exemplo, chegou a privatizar todo seu parque público de moradias).

Mesmo formas de propriedade coletiva ou cooperativada também não foram amplamente defendidas e testadas pelos ativistas da Reforma Urbana. O influente modelo uruguaio de construção de moradias por ajuda mútua em suas cooperativas de habitação chegou ao Brasil pela metade: veio o trabalho em mutirão mas sem a propriedade coletiva, ou seja, o momento de produção das casas era associativo mas seu consumo fragmentado em

propriedades privadas individuais (e os espaços comunitários, culturais e educacionais ficaram aqui atrofiados). A insurgência e autogestão dos trabalhadores não teve como prosperar, cerceada por um sistema de valores e práticas que lhe era contrário, pois dependia, depois do mutirão, da expansão do ato cooperativo para a propriedade coletiva em todos os níveis.

A aceitação da propriedade privada também encontrou apoio nas comunidades de base da Igreja, que pregavam um socialismo cristão de pequenos proprietários. Os militantes da Economia Solidária, por sua vez, não deram importância devida à produção solidária da cidade, dirigindo seus esforços para apoiar cooperativas de produção de mercadorias, como a reciclagem de lixo, artesanato, alimentos e alguns poucos produtos industrializados.

Assim, entre os movimentos sociais havia uma confusão/sobreposição entre direito à moradia e direito à propriedade, apresentados como sinônimos. No regime militar ganhara a alcunha de "sonho da casa própria". Ampliar o acesso à moradia parecia ser o mesmo que ampliar o acesso à propriedade privada – agora com o slogan renovado de "minha casa, minha vida". Confusão que interessa às elites, evidentemente, ao reforçar a propriedade privada como regra e princípio positivo perseguido por todos.

Pode-se comparar esse "freio" político-ideológico da Reforma Urbana brasileira ao que Florestan Fernandes indicou a respeito da visão positiva do assalariamento pela classe trabalhadora brasileira. O mito do emprego como inclusão social dirigiu a energia dos trabalhadores para a luta por ascensão social ao invés da crítica ao capitalismo – daí a prevalência do sindicalismo de resultados, sem defesa da autogestão da produção, sem enfrentamento com o sistema.

Em ambos os casos, na cidade e na fábrica, nos movimentos urbanos e nos sindicatos, não se levou adiante o combate à propriedade privada e ao assalariamento. Daí que nunca se defendeu no Brasil (e mesmo pouco se conheceu) o modelo cubano de Reforma Urbana, com expropriação de imóveis ociosos, mansões ou casas de veraneio (apesar da acusação de Collor de que, com Lula presidente, uma família de sem-teto iria morar em cada casa da classe média), ou ainda o fim do aluguel – banido em Cuba antes mesmo de declarado o caráter socialista da Revolução. Nunca se reivindicou moradia gratuita aos que precisam ("a gente não quer nada de graça" é o senso comum incutido), apesar da luta para que a moradia constasse na Constituição Federal como direito fundamental do cidadão.

Aceitou-se a regularização fundiária nas favelas e loteamentos informais, mesmo sem infraestrutura e moradia adequadas. Pretendeu-se aplicar programas de titulação em massa, em nome da "segurança na posse" e também como regularização do capitalzinho-moradia (a casa titulada) para que os moradores tomassem mais crédito (como no Peru de Fujimori, com 5 milhões de títulos de propriedade, incluindo favelas nos Andes sem infraestrutura alguma, como forma de criar capital hipotecável para pequenos empreendedores, como defendia De Soto). Ou, ainda, financiamentos aos mutuários da casa própria, representando décadas de endividamento para famílias com baixíssima seguridade social, riscos de despejo e inadimplência. E o pior, o tamanho e a qualidade da moradia definidos de acordo com a renda e a capacidade de pagamento de cada morador (resultando em acintosas moradias de trinta e tantos metros quadrados e em faixas de atendimento "focalizadas"), não de acordo com as necessidades de sua família, do bairro ou da cidade. Modelo que gera iniquidade, mas atende à minimização de riscos e à "viabilidade econômica da operação de crédito" envolvida, segundo o Banco Mundial, que assessorou e financiou programas similares no Chile, México, África do Sul etc.

A aceitação da propriedade privada como regra inviolável do jogo, a falta de ousadia e um certo pragmatismo na gestão da pobreza empurraram a agenda da Reforma Urbana a ponto desta confundir-se com os discursos e práticas do setor imobiliário, dos governos de direita e do Banco Mundial. Afinal, não sabemos mais como seria essa cidade da Reforma Urbana. Quais suas qualidades outras, contrárias ao que está aí? Como seria viver nela e construí-la? Quais os nexos entre Reforma Urbana e transformação social, que se expressariam numa nova forma de cidade?

Os inúmeros instrumentos, programas, conselhos, fundos e o próprio Estatuto das Cidades não resultaram em uma nova visão da cidade e dos sentidos da vida urbana, das relações entre sociedade, território e ambiente construído. Mesmo os projetos para mutirões e favelas, restritos a lotes e perímetros bem definidos, não se desdobravam em perspectivas mais amplas de cidade, suas infraestruturas, seus espaços públicos. De fato, não se imaginou (desenhou ou escreveu) como seria essa (re)Forma Urbana, suas qualidades materiais e simbólicas, as novas condições de vida, as características dos bairros e dos centros urbanos, seus lugares de uso público, a relação com a natureza e a paisagem, as formas de mobilidade, os sistemas de saneamento, os espaços da política, da memória, do corpo etc.

A Reforma Urbana democrático-popular, focada nos meios, nos instrumentos, pouco avançou no pensamento substantivo sobre a cidade, nos fins. Não há imagem, não há forma, não há narrativa para essa cidade almejada – não há projeto e utopia. Se a Reforma Urbana recusou o urbanismo moderno, sua forma e sua ideologia, que tem em Brasília sua expressão/contradição máxima – cidade para um novo país, construída pelos que não puderam nela morar –, por sua vez, abdicou da própria disciplina do urbanismo, enquanto capacidade projetual articuladora e antecipadora da cidade pensada. Negação que impediu antecipações mais claras do que se pretendia.

O desafio seria reassumir o urbanismo, noutros termos, não como ideologia do Estado e do capital, mas como campo projetual igualmente renovado, como exercício de criação coletiva, capaz de imaginar essa cidade (re)formada – da cidade como experiência vivida à sua dimensão política, simbólica e mesmo utópica.

O conservadorismo político-ideológico e a falta de imaginação e vontade projetual da Reforma Urbana levaram a esquerda a entregar o desenho da cidade ora aos urbanizadores de favelas ora, o que é muito pior, ao próprio mercado imobiliário – e a aceitar a sua forma urbana. Levou-a também a rechaçar outras propostas ousadas, entre elas a da tarifa zero nos transportes, ainda nos anos 1980, o que implicaria noutra forma de mobilidade e de cidade.

A tarifa zero era defendida por um grupo pequeno na gestão de Luiza Erundina (1989-92) e foi derrotada não apenas pela mídia e a "opinião pública", mas também dentro do próprio PT. Ônibus gratuito e sem catraca era visto como um "delírio", apesar de hoje novamente em pauta e com apoio de uma parcela significativa da população. O movimento de Reforma Urbana, centrado no problema da moradia, não chegou a constituir uma agenda sobre mobilidade como direito urbano fundamental, meio de acesso a outros direitos, muito menos sua gratuidade. A catraca não foi posta em questão, tal como a propriedade privada. E ainda aceitou-se a gestão e prestação privada (e cartelizada) de serviços de transportes urbanos. Trataremos disso adiante.

É possível reconhecer um movimento de capitulação paralelo, na base e nas lideranças, em questões decisivas da Reforma Urbana. Na base, como mencionamos, era estimulado o sentimento pró casa própria e o direito à moradia como direito à propriedade. Na cúpula do movimento disseminava-se posição similar, a favor do sistema: convencer o capital imobiliário a atender os mais pobres e não apenas o topo da pirâmide social brasileira. Assim, adubavam-se as sementes que promoveriam a inversão de sentido da nossa Reforma Urbana: a naturalização da propriedade privada e a aliança com o capital para ampliar o mercado e "incluir" a classe trabalhadora na sua máquina de (des)fazer cidade. Os pobres deveriam parar de autoconstruir a moradia ou fazer mutirão, meios arcaicos de se produzir habitação no mundo da mercadoria, para tornarem-se compradores, a prazo e com certo subsídio, da mercadoria-moradia. As bases estavam lançadas: o projeto democrático-popular propunha uma aliança de classes por uma Reforma Urbana sem conflitos e com "mercado para todos".

Basta rever o debate dos anos 1990, os textos desse período, os consultores internacionais que por aqui passaram e o Projeto Moradia elaborado pelo Instituto Cidadania, do PT. Na agenda da Reforma Urbana, no final dos anos 1990, as construtoras e o mercado imobiliário seriam os protagonistas, e não mais os movimentos sociais em luta. Mas o capital, agora aliado, teria que aceitar algum controle, daí a necessidade de "regulá-lo", com leis, conselhos, instrumentos, que pouco puderam refrear sua natural voracidade. "Ampliar o mercado" era uma palavra de ordem, "queremos capitalismo de verdade nas nossas cidades", outra. Consultores do modelo habitacional chileno, do Banco Mundial, BID e de institutos norte-americanos acorriam para nos dizer o que fazer.

No PT, com a alegação de acabar com o déficit habitacional a qualquer custo, eram elaborados estudos e planilhas da engenharia financeira para reativar uma máquina de crescimento habitacional parecida com o BNH dos militares (visto até com saudosismo por alguns). O que levou o Partido e movimentos de luta por Reforma Urbana, por exemplo, a defenderem, nos anos 2000, a "PEC da moradia", lado a lado com os empresários do setor – todos pela causa da habitação...

Fazer o bolo urbano crescer para depois dividi-lo

É importante lembrar, quando avaliamos as metamorfoses da Reforma Urbana brasileira, que os formuladores de políticas urbanas ligados ao PT defenderam e mesmo introduziram, a partir dos anos 1990, vários dos mecanismos pós-modernos de privatização das cidades: operações urbanas, operações interligadas, concessões urbanísticas, venda de certificados de potencial construtivo adicional, parcerias público-privadas, grandes projetos urbanos, megaeventos etc. Os urbanistas do Partido foram personagens importantes na circulação e importação de modelos internacionais de gestão urbana financeirizada e seu *city marketing*(apesar de alguns terem revisto

essa posição nos últimos anos). Foram divulgadores no Brasil dos sistema chileno de habitação e seu mercado financeiro-imobiliário, de Puerto Madero em Buenos Aires e do "modelo Barcelona", levando consultores internacionais e operações urbanas a todos os rincões do país, a cidades que queriam atrair investidores e participar do competitivo mercado de "cidades à venda" (com suas vocações, isenções fiscais e golpes de marketing).

O mantra era acelerar a acumulação capitalista nos circuitos imobiliários, fazer as cidades máquinas de crescimento para arrecadar "mais-valias urbanas" e aumentar o orçamento público em tempos de restrição fiscal a novos endividamentos. Uma fórmula mágica que logo se mostrou ilusória para os fins sociais, e que serviu a outros propósitos, incluindo o financiamento de campanhas. Na gestão Marta Suplicy (2000-2004), em São Paulo, uma parcela dos urbanistas petistas começou a perceber que a aliança com o capital e a difusão de operações urbanas tinham saído de controle quando onze operações foram introduzidas no Plano Diretor e aprovadas sem o devido debate – algumas delas beneficiando grupos específicos e levantando outras suspeitas.

Acabada a era do "modo petista de governar", que marcou a primeira fase da Reforma Urbana democrática-popular, agora prevalecia o pragmatismo da aliança com os produtores capitalistas da cidade. As forças sociais, levadas a segundo plano, foram conduzidas a participar de conselhos e discutir Planos Diretores, delimitar ZEIS (zonas especiais de interesse social) e opinar na alocação de recursos ainda exíguos para enfrentar os enormes problemas urbanos. A anestesia do movimento social era ampliada com a distribuição de cargos em mandatos parlamentares e nas administrações públicas, o que reduzia a autonomia e colaborava para ampliar o consenso dos gabinetes.

No fim dos anos 1990 e início dos 2000, resultado dos estragos promovidos pelo neoliberalismo – desemprego e desamparo social, despejos e políticas urbanas higienistas –, e com o PT na oposição, ocorre um miniciclo de ascensão popular e novas ocupações. Em São Paulo, no Rio, Porto Alegre, Recife, entre outras cidades, eram ocupados por movimentos organizados dezenas de imóveis vazios nos centros, trazendo à cena moradores de cortiços e o tema da "gentrificação" (substituição de populações) nas renovações urbanas (cujo modelo era o Pelourinho higienizado de ACM), o direito à cidade e aos seus centros com infraestrutura. Articulações novas aparecem, entre encortiçados, moradores de rua, ambulantes, estudantes, grupos de teatro e de direitos humanos, resultando em São Paulo, por exemplo, no Fórum Centro Vivo. Ocorrem rachas no movimento de Reforma Urbana e surgem outros movimentos de luta por moradia fora da órbita direta do PT, autônomos ou ligados a partidos mais à esquerda. Os movimentos rurais também ensaiam criar movimentos urbanos próprios e projetos de moradia de novo tipo. Na luta por transportes, com a articulação dos jovens por passe livre, começa a surgir um movimento nacional pela tarifa zero e pela qualidade na prestação dos serviços de transportes coletivos.

Na eleição de Lula, em 2002, um sopro de esperança (ou de ilusão) veio com a criação do Ministério das Cidades. Apesar das inovações políticas e administrativas que o Ministério permitiu – com a articulação de programas setoriais de transportes, saneamento, habitação e desenvolvimento urbano, a ampliação da participação com novos conselhos e fundos –, a política habitacional patinava (com o pífio programa de Crédito Solidário e o rescaldo do PAR, de FHC), o Estatuto das Cidades não era aplicado nos Planos Diretores municipais, não havia uma política pública de terras, enquanto ampliava-se o crédito para as empresas imobiliárias brasileiras crescerem, produzindo um *boom* imobiliário estrondoso e uma onda de valorização sem precedentes das propriedades urbanas.

Com o objetivo de injetar recursos nas cidades via mercado financeiro e construtoras, os petistas faziam o bolo imobiliário crescer, supostamente para depois dividir. Não à toa, Delfim Netto, ex-ministro da fazenda do Regime Militar (quando inventou a metáfora do bolo) e conselheiro econômico número um de Lula, e seu partido, o PP, ganham em 2005 o Ministério das Cidades, indicando o novo ministro – como forma também de acalmar a base em mais um escândalo de corrupção. Desde então, o PP está à frente das Cidades e, em São Paulo, controla a máquina de fazer casas estadual (a CDHU) e a Secretaria de Habitação da Prefeitura Haddad. Se é para fazer a política do capital, nada melhor do que entregar diretamente aos seus representantes, abrigados num partido de extrema direita, herdeiro da ditadura.

O ponto de chegada da (Anti)Reforma Urbana petista, ao mesmo tempo seu fim de linha e sua realização, é o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Três milhões de moradias produzidas nos últimos cinco anos, com a alegação de ataque em grande escala ao déficit habitacional, quase integralmente (cerca de 98%) sob a batuta do setor privado, usando recursos públicos e promovendo uma onda de aumento do preço da terra em todo o país. No MCMV, quem faz política de terras é o setor privado, como é também ele quem define o local e o padrão de urbanização, a arquitetura, a tecnologia a ser adotada, e assim por diante. O Estado abdicou de uma política

pública de terras e desenvolvimento urbano, abdicou de ter inteligência projetual sobre as cidades e de qualificá-las. Quem "opera" o MCMV, além de 13 grandes construtoras, é um banco – a Caixa Econômica Federal, cujo presidente é um dos urbanistas do PT –, que segue a racionalidade financeira de cálculo de riscos comerciais de crédito consignado e um *check list* de requisitos mínimos para aprovação dos empreendimentos (fiscalização que muitas vezes é até terceirizada). Apoia-se na lei de alienação fiduciária, que dá segurança às empresas na retomada de imóveis de inadimplentes e permite, afinal, avançar no mercado para populações precarizadas.

A promoção da casa popular é apresentada, assim, como solução compensatória da Reforma Urbana que não ocorreu, e melhor elo da conciliação de classes entre capital e trabalho – uma vez que beneficiaria a ambos. Na "aliança pela casa própria" não haveria interesses opostos: forja-se um consenso entre a necessária lucratividade dos capitais, os ganhos eleitorais dos políticos, a venda de terras valorizadas pelos proprietários e o benefício social dos atendidos pelo programa. A valorização imobiliária produzida pelo MCMV e pela ampliação do crédito imobiliário levou a crescimentos vertiginosos do preço da terra (180% em São Paulo e 250% no Rio de Janeiro nos últimos 5 anos). A própria tabela do MCMV para a sua casa mais simples (com menos de 40 m^2), em São Paulo, começou com R$ 52 mil em 2009 e hoje está em R$ 96 mil (com o complemento estadual), e mesmo ultrapassando este valor, com doação de terras públicas via desapropriação municipal, crescendo assim bem acima da inflação.

Trata-se, à primeira vista, de uma onda de valorização imobiliária rentista que parece beneficiar a todos, dos grandes proprietários aos pequenos, que veem seu capitalzinho imobiliário valorizar-se e têm a certeza de que sempre valeu a pena estar ao lado da propriedade privada. Contudo, essa valorização da terra cria uma situação desfavorável aos trabalhadores, ampliando a diferença entre renda imobiliária e renda do trabalho (salários). Hoje é cada vez mais caro comprar e alugar a moradia, os aumentos de IPTU serão inevitáveis, acima da inflação e dos salários. Daí a chance de ampliação do endividamento e da inadimplência, chegando atualmente a 70% em algumas faixas de financiamento, incluindo o MCMV, que, por isso, parece estar com os dias contados.

Dessa valorização não surgiram cidades melhores, mais justas e integradas. Quanto mais se investe, mais caras e piores ficam – um aparente paradoxo, mas explicável no sistema em que vivemos. Países com grandes projetos habitacionais como o nosso, no qual se privilegiam quantidades ao invés de qualidades, e desconsidera-se o processo complexo de fazer cidades, produziram uma série de desastres urbanos e sociais, muitos deles irreversíveis. Por mais que se ataque o déficit de teto para morar, esse modelo de produção da casa-mercadoria não reverte nosso principal déficit, que é o de falta de qualidade urbana, pois a urbanização que promove é desurbanizadora (e desoladora). Inspiradas na produção em massa de carros populares, e dispostas na cidade como se fossem pátios de estacionamento, essas casas não por acaso foram batizadas (pelo atual presidente do BNDES) de "moradias 1.0".

Crédito e renúncia fiscal para nosso apocalipse motorizado

Aí está a outra ponta de nosso desastre urbano: o "carro para todos" e a apologia do automóvel, do petróleo e da cana como motores da economia.

A aposta petista de crescimento econômico com conciliação de classes também ocorreu com o abraço entre metalúrgicos e indústrias multinacionais de automóveis (aliança que já vinha sendo sinalizada desde as câmaras setoriais, nos anos 1990, com a premissa de gerar empregos e entupir as cidades de carros). Essa aposta foi reforçada pelos inúmeros e escandalosos incentivos e renúncias fiscais para as multinacionais, substituição das lavouras de alimentos por plantação de cana-combustível (baseada no trabalho degradante do boia-fria) e direcionamento da construção pesada para a ampliação das infraestruturas destinadas aos automóveis. O caso emblemático, além dos túneis bilionários, é a ponte estaiada na Marginal Pinheiros em São Paulo, projeto do PT, chamariz para o mercado imobiliário, cenário de fundo do jornal da Globo e novo "cartão postal" da cidade. Selando a aliança das mídias com o capital automotivo-imobiliário e os governantes de plantão, a obra, cujo acesso é reservado a carros (ônibus, bicicletas e pedestres são proibidos), consumiu quase 400 milhões de reais (recursos que deveriam ter sido destinados, por lei, para habitação social dos atingidos na Operação Urbana) e ao fim foi batizada com o nome do falecido dono da Folha de S. Paulo, Otávio Frias, despejando o trânsito na Avenida Roberto Marinho, falecido dono da Globo.

De outro lado, a expansão vertiginosa do crédito ao consumo de automóveis, a juros zero e parcelas a perder de vista, permitiu o crescimento artificial do setor, com altos riscos, como demonstrou a crise do crédito *subprime* nos Estados Unidos. Por aqui as taxas de inadimplência também cresceram, com veículos sendo retomados pelas financiadoras, gerando prejuízos a ponto de a principal financeira de automóveis ter sido semiestatizada pelo

governo: o Banco Votorantim, do ex-mais rico do Brasil, Antonio Ermírio de Moraes, teve 49,9% de suas ações compradas por quase R$ 5 bilhões pelo Banco do Brasil para tampar o rombo na inadimplência da BV Financeira de automóveis. O Itaú foi outro a perder bilhões com inadimplência no crédito de veículos.

Os males do "apocalipse motorizado" são conhecidos e os números, alarmantes. Acidentes no trânsito são a principal causa de morte não natural no Brasil, com 61 mil pessoas em 2012, além das doenças e mortes de origem respiratória causadas pela poluição do ar. Além disso, o automóvel é responsável por grande parte da impermeabilização do solo nas cidades – ele consome 30% do solo urbano, entregues ao asfalto e pátios de estacionamento – e pela descaracterização de seus rios e fundos de vale, a degradação de várzeas, morros e áreas verdes, o que tem resultado em inúmeras enchentes e outras catástrofes.

O carro é ainda uma mercadoria sui generis. Tomado individualmente, como objeto técnico cada vez mais aperfeiçoado para locomoção individual ponto a ponto, ele é uma das maravilhas do progresso técnico e do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Contudo, do ponto de vista do consumo coletivo do automóvel, enfileiram-se (ou engavetam-se) os paradoxos. Trata-se de uma mercadoria que, quanto mais vendida e consumida, mais torna-se inoperante. Isso porque o automóvel é um bem privado consumido no espaço público, que é limitado, por mais que se ampliem as obras de ruas e avenidas. Como dois corpos não ocupam o mesmo espaço, quanto mais carros nas ruas, menos andam. A trava do sistema de mobilidades produz um efeito dominó de irracionalidades: desgaste dos equipamentos, consumo excessivo de combustíveis, poluição do ar e sonora, stress, acidentes, gastos em saúde pública etc. Mesmo assim a indústria especializa-se em carros superpotentes e gigantes, que ficam parados em congestionamentos monstro.

Mas o carro é ainda a mercadoria vedete do capitalismo. O fetiche do automóvel e sua promessa de liberdade e potência individuais estão no cerne do sistema: vou para onde quiser – mesmo se o resultado geral do uso do automóvel seja a morte de milhares de pessoas e a inviabilização das cidades. A propaganda de carro e suas "fábulas", que mobilizam de forma aterradora valores individualistas e arrivistas dominantes (potência, velocidades além do limite, status social, conquista de mulheres, liberdade para ir onde outros não vão, desprezo ao riscos e aos sem carro etc.), é um tema central para uma análise sociológica da sociedade de consumo. Deveria ser restringida, como a de cigarro e qualquer droga prejudicial à saúde. Mas elas povoam (e pagam) jornais e revistas, os mesmos que informam em seus outros cadernos os novos números recordes de engarrafamentos e poluição.

Os parcos orçamentos públicos para investimento em obras urbanas são tragados em proporção acintosa por mais pontes, avenidas e túneis (o último, recém-cancelado graças aos protestos, custaria quase R$ 3 bilhões, entre a Água Espraiada e a Rodovia dos Imigrantes, novamente com acesso restrito a carros; e o prefeito Haddad acaba de anunciar que não fará as avenidas prometidas do Arco do Futuro, ao menos não com recurso público). Sem falar na isenção de impostos, como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados): o transporte privado individual no Brasil recebe 11 vezes mais recursos públicos do que o transporte coletivo, segundo pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas).

O tempo cada vez mais longo de transporte na cidade, entre casa, trabalho, escola e outros serviços, tem deixado as pessoas apertadas em ônibus ou solitárias em sua mônada de lata, de duas a três horas por dia em deslocamentos. Somados às nove horas no trabalho (oito mais uma de almoço, sem contar a hora extra), oito horas dormindo (ao menos é o que recomenda a OMS), duas a três horas ao menos entre higiene, trabalhos domésticos e demais refeições, sobram de uma a duas horas por dia – quando muito, para viver, momento de tempo livre e atividade supostamente autodeliberada.

Mas sabemos que nem isso é assim, pois o tempo se esvai entre a televisão, o shopping e outros "tempos livres" programados pela sociedade de consumo e idiotização de massas. Essa miséria da vida cotidiana em nossas grandes cidades não se restringe aos mais pobres, mas afeta de um jeito ou de outro também a classe média. Para os primeiros, evidentemente, é bem pior, pois, aos problemas já vividos pelas camadas médias, somam-se os riscos de vida por razões ambientais (deslizamentos, alagamentos), riscos de despejos, maior dificuldade de mobilidade, emprego, serviços públicos precários, falta de qualidades urbanas etc. Mas todos estão "travados" em cidades que deram errado, procurando formas de autodefesa, blindagens e segregações entre grupos típicas de anomia social. O colapso das cidades – enquanto fim da experiência comum de vida social e civilização – democratiza-se, por certo, de forma desigual, e alcança a todos.

Aprendizados para um novo ciclo de lutas urbanas

Há 40 anos, num estudo pioneiro sobre São Paulo, falava-se de uma "lógica da desordem" urbana, do *laissez-faire* na produção da cidade, criando um caos do qual alguns capitais obviamente se beneficiavam. Hoje a situação se agravou tanto que mesmo esses beneficiários, ainda que lucrem enquanto pessoas jurídicas, não têm mais como viver como pessoas físicas, no próprio caos que criaram. A irracionalidade do capital entregue a si mesmo na produção da cidade e seus serviços torna-se a cada dia mais evidente.

Se nossas cidades ainda são negócio lucrativo para alguns, elas chegaram ao fim da linha: no modelo atual, como já assinalado, quanto mais se investe, mais caras e inviáveis ficam, tal como os carros, que quanto mais se produzem, menos andam. A urbanização não produz mais qualidades urbanas próprias ao que se entendia como cidade – trata-se de uma urbanização desurbanizadora –, assim como o crescimento econômico não produz necessariamente desenvolvimento e equidade social.

A inundação de crédito e mercadorias colapsou nossa frágil estrutura urbana. A aliança com o mercado imobiliário, com as construtoras, com as montadoras, com as máfias de serviços urbanos – o que antigamente era chamado de aliança com a burguesia nacional – serviu mais aos interesses dos que tratam a cidade como negócio do que às necessidades dos cidadãos, que precisam da cidade como meio de vida. As grandes cidades brasileiras, longe de serem espaços animadores de se viver, são hoje produtoras de insegurança, doenças e traumas de todos os tipos.

Ainda assim, a cidade é isso tudo e sua "negação determinada". Nela estão os sujeitos que tornam possível sua transformação, estudam, pensam, mobilizam-se, têm propostas e desejos. Esses sujeitos são diferentes dos velhos/novos "personagens que entraram em cena" com a Reforma Urbana do ciclo anterior e que tiveram seus méritos reconhecidos naquele momento. Os atuais ativistas urbanos olham para a cidade de outro modo, sem as mesmas ilusões e sem concessões ao capital – não aceitam cidades à venda para os cartéis de sempre, de imobiliárias, transportes, lixo e eventos. Suas demandas são precisas, ao mesmo tempo ousadas e de bom senso, parecem mínimas (vinte centavos a menos na tarifa) mas também máximas (transporte gratuito para todos).

O MPL (Movimento do Passe Livre) e outros grupos de luta por transportes (como o Bloco de Luta por Transporte Público, de Porto Alegre) não apenas obtiveram na rua a vitória dos vinte centavos em dezenas de cidades como conseguiram disseminar no imaginário coletivo a possibilidade da tarifa zero nos transportes, como direito urbano fundamental que conecta os cidadãos a outros direitos (educação, saúde, lazer, cultura, esportes). Afinal, sabe-se que o transporte onera excessivamente a renda de muitos trabalhadores e que 1/3 das populações das cidades não tem sequer como arcar com a tarifa, tendo que andar a pé. Ter que pagar para ir à escola, ao hospital, ao centro cultural, ao museu, ao parque e à praça, quase todos serviços gratuitos, pode ser um impedimento ao seu acesso para muitos cidadãos.

Por isso, a tarifa zero põe em dúvida a mercantilização da cidade – por que pagamos por esse direito? Afinal já pagamos tantos impostos, sendo que os trabalhadores contribuem percentualmente mais do que os ricos. Mesmo que a população não saiba tecnicamente como implantar a tarifa zero, percebe politicamente sua justiça e pergunta-se, afinal, por que pagar pelo transporte público, que é um direito do cidadão, por que passar por catracas humilhantes como gado e apinhar-se em ônibus feitos sobre carroceria de caminhões. Por que aceitávamos tudo isso?

A "descatracalização" dos ônibus, da cidade, do acesso aos direitos, enfim, a descatracalização da vida, que está expressa nas falas e cartazes do MPL (as catracas são puladas e destruídas das mais diversas formas na vida e no material gráfico do movimento), é uma forma de retomar a "imaginação no poder", lema de maio de 1968 (ou ainda: "sejamos realistas, exijamos o impossível"). A ousadia da reivindicação faz com que sejam acusados, por isso, de irresponsáveis, ao não indicar a origem dos recursos para pagar a conta do sistema, ou ainda de ingênuos, por não perceberem que o subsídio para todos iria também beneficiar empresários que deixariam de gastar com vale transporte.

Mas então a questão torna-se ainda mais interessante. É preciso voltar ao que foi, inclusive, uma das bandeiras fortes do PT em seu princípio: a justiça fiscal. Que se taxem as grande propriedades, fortunas e heranças (na Inglaterra, por exemplo, 50% do valor das heranças vão para o Estado, no Brasil, 4%), e também que se recolha de outra forma o vale transporte (que voltaria para o sistema), que se penalizem as mercadorias que fazem mal à cidade e aos cidadãos, que poluem, matam e tomam o espaço público (ampliando rodízios, pedágios urbanos,

impostos sobre combustíveis). O transporte gratuito, como direito que conecta outros direitos, só se viabiliza com um movimento mais amplo de justiça social, fiscal e urbana.

É preciso estranhar o que foi tido como natural: a insanidade das cidades que criamos e nas quais vivemos (ou tentamos viver). Que indivíduos e coletivos em luta aproveitem o momento dessa eclosão nas ruas e de ideias novas para imaginar a transformação radical da cidade/sociedade, passado o ciclo da (Anti)Reforma Urbana petista e do seu correspondente projeto democrático-popular. Qual o novo ciclo de lutas urbanas? Quais seus novos métodos, programas e atores?

De fato, o tema da mobilidade urbana é um bom ponto de partida, mas não de chegada, que ainda deve ser a cidade como projeto de civilização. Se ele atrai um nó de questões que, ao ser desatado, ajuda a questionar a lógica de todo o sistema, é preciso pensar quais os movimentos desse desenrolar, qual o caminho para se mudar a cidade a partir da tarifa zero e para todas as esferas da vida urbana. Quais outras pautas são "conectoras" com a da mobilidade? Quais são integradoras e inter-territoriais (incluindo a aliança campo-cidade, que alimenta a todos)?

Um dos limites da Reforma Urbana do ciclo anterior foi fragmentar a luta popular em lutas setoriais, que iam bater em portas de secretarias para pedir programas igualmente fragmentados. Agora interessa bater às grandes portas. Não deixemos que a força das revoltas de junho seja dirigida apenas para políticas setoriais e seus conselhos, fundos e instrumentos. A cidade é uma só. Aprendemos com o ciclo anterior os limites da luta institucional. Saberemos usá-la quando necessário, mas com as últimas jornadas vimos que as conquistas podem se dar de outro modo – inesperado e radical.

De outro lado, frações do capital já se orientam para esse renovado filão de negócios: a mobilidade urbana. A presidente Dilma anunciou recentemente um pacote de mais de R$ 50 bilhões para o setor, que pode ganhar no novo contexto simbólico gerado pelas manifestações condições políticas para "alavancar" um novo ciclo de investimentos, terminados os estádios da Copa. Obras se anunciam, diversas delas necessárias, outras não, algumas corretamente planejadas, outras mirabolantes ou feitas às pressas para captar recursos do governo federal. Veja-se a farra dos metrôs pelo Brasil: poucos saem do papel, mas todos geram negócios e negociatas. Modalidades de transportes e sua gestão estarão em disputa e muitos lobistas seguirão tentando passar seus trens de dinheiro em cada novo túnel.
Para contrabalançar os interesses privados de mais um ramo do *business* com os interesses públicos e dos cidadãos, será preciso deixar claro o que distingue nossa pauta da dos comerciantes de mobilidade. Qual o divisor de águas? O que separa o transporte-mercadoria do transporte como direito do cidadão? Ou poderiam ser convergentes, como o modelo Lerner-Curitiba faz crer?

O desafio é fazer a ação direta acompanhada de uma teoria que a oriente e problematize, que indique os pontos frágeis do adversário e nossas forças (nem todas ainda conhecidas). É preciso que as universidades renovem o ensino e a pesquisa e formem profissionais com outra visão dos problemas urbanos, das suas infraestruturas, da mobilidade, do saneamento e meio ambiente, da qualidade dos espaços e edificações e que novas práticas sejam orientadas por pressupostos até então pouco considerados. Que os partidos, sindicatos e organizações de esquerda também possam se dedicar mais profundamente ao tema das lutas urbanas – quase sempre relegadas a segundo plano –, ao entendimento das cidades, de seus agentes e meios de transformação, sem descuidar do "desenho" e das qualidades dessa cidade (trans)formada.

Mesmo o cidadão comum, a partir da sua experiência vivida e apoiado por canais de informação independentes, grupos de debate e novas pesquisas acadêmicas sérias, pode ser estimulado a pensar sua cidade, compreender sua história e sentido de mudança, e também tornar-se um integrante de coletivos de imaginadores urbanos ou de uma imaginação coletiva da cidade em transformação. Pelo desenho, texto, teatro, música, pintura, grafite, cinema, as cidades precisam continuar sendo imaginadas.

E se as horas dedicadas a assistir, jogar e debater o mundo da bola pudessem ser em parte destinadas a pensar e transformar nossas cidades... Os comitês e grupos de resistência e denúncia das obras e despejos da Copa do Mundo podem ser importantes deflagradores dessa inversão de atenções, entre futebol e cidade, como ocorreu durante a Copa das Confederações, também em junho passado. E mesmo torcidas, comentaristas e jogadores mais politizados, que olhem para o país que está fora das quatro linhas, e percebam os interesses em jogo (como ocorreu no final da ditadura e no movimento pela democracia e eleições diretas), poderiam levar o debate para outros campos.

As cidades entraram novamente em movimento. Mesmo ainda sem unidade possível, sujeitos e ações, combinados ou dispersos, articulados ou não, no mais diversos lugares do país, precisam imaginar o que será a **Revolução Urbana Brasileira** – que suplante as contradições e limites da Anti-Reforma vigente. As visões dessa nova cidade e o poder das imagens, diálogos e narrativas que elas possam estimular serão, sem dúvida, força motora para nos provocar a agir e a assumir as outras revoluções que serão necessárias.

Este texto é o resultado de uma intervenção na "Conversa aberta sobre as manifestações", com Luiza Erundina, Peter Pelbart, Olgária Matos e Marcelo do MPL, realizada na FAU USP no dia 18 de agosto de 2013, organizada por um grupo de jovens artistas e intelectuais.

(*) Pedro Fiori Arantes é arquiteto e urbanista, integrante do coletivo Usina e professor da Unifesp.

Fonte: http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cidades/Da-Anti-Reforma-Urbana-brasileira-a-um-novo-ciclo-de-lutas-nas-cidades-/38/29523

Em Foco IV

Tribunal Eleitoral das Honduras dá vitória ao candidato oficialista nas presidenciais

Por Redação, 27/11/2013

O Supremo Tribunal Eleitoral das Honduras anunciou esta quarta-feira que a vitória do candidato oficialista, Juan Orlando Hernández, é "irreversível" quando estão contados 67% dos votos.

Hernández, do Partido Nacional, tem 34.8% dos votos e a sua principal adversária, Xiomara Castro, candidata do Partido Liberdade e Refundação (esquerda), 28,92 %. Apesar desta proximidade, o presidente do Tribunal Eleitoral, David Matamoros, disse à estação de televisão e rádio nacional que "a tendência de voto é irreversível".

"Não estamos a declarar um vencedor ou um derrotado", disse Matamoros, mas os resulyados já divulgados "reflectem uma tendência de voto que é irreversível".

Os dois candidatos declaram-se vencedores mesmo antes da divulgação oficial dos resultados, o que fez prever confrontos pós-eleitorais num dos países mais violentos do mundo.

O candidato do Partido Nacional (direita) no poder foi o primeiro a proclamar vitória na noite de domingo. "Vou ser o próximo Presidente das Honduras", declarou quando ainda só estavam contados 34% dos votos e ele tinha seis pontos de avanço em relação à sua adversária mais directa. Xiomara Castro falou logo de seguida. "Eu sou a Presidente das Honduras", anunciou.

Algumas horas depois, quando os números, com mais de metade dos votos contados, davam cinco pontos de avanço a Hernandez (34% contra 29% de Castro), o marido da candidata de esquerda, o ex-Presidente Manuel Zelaya, acusou o poder de querer "roubar" a vitória da sua mulher.

"Xiomara ganhou a presidência. Eles não podem fazer isto. Eles estão a roubar-nos as eleições", acusou Zelaya numa conferência de imprensa, antes de anunciar uma "reunião de urgência" para decidir acções para refutar os resultados eleitorais.

Zelaya, que foi eleito em 2006 em nome do Partido Liberal (centro-direita), foi afastado do poder em 2009 por um golpe militar, numa altura em que a direita e os militares consideraram que ele estava a virar demasiado à esquerda. Após a sua destituição, criou um partido de esquerda e lançou a sua mulher como candidata à presidência.

A eleição de domingo era vista como uma ocasião para sarar as feridas deixadas pelo golpe militar e dava aos hondurenhos a possibilidade histórica de alternância política num país que, ao longo do último século, foi sempre governado à direita, ora pelo Partido Nacional, ora pelo Partido Liberal.

“Vivemos uma festa histórica. A festa cívica decorreu na tranquilidade”, disse o presidente do Tribunal Supremo Eleitoral ao final do dia, anunciando que a participação dos eleitores foi de 61% (habitualmente, ronda os 50%).

Outro motivo de satisfação foi a ausência de violência na jornada eleitoral, num país que tem a mais alta taxa de homicídios do planeta (85,5 por 100 mil habitantes em 2012, cerca de 20 mortos por dia).

Protegidos por 25 mil polícias e militares encarregues de garantir a segurança das eleições, os hondurenhos tinham por missão escolher o sucessor do Presidente Porfirio Lobo (Partido Nacional), eleito em 2009 no seguimento do golpe militar, numas eleições que foram boicotadas pela oposição de esquerda. No país estiveram 800 observadores estrangeiros para garantir a transparência do escrutínio.

Actual presidente do Congresso, Juan Orlando Hernandez, homem de negócios de 45 anos e apoiante do golpe militar de 2009, muitas vezes criticado pelo seu autoritarismo, fez a campanha centrada no tema da segurança, prometendo lutar com mão de ferro e com o apoio dos militares contra a criminalidade galopante. Uma mensagem que foi bem recebida pela população. “O principal problema é a violência, provocada pelo desemprego. As pessoas estão habituadas a matar para ganhar dinheiro”, disse à AFP, Pedro Garay, um economista, de 72 anos, na reforma, depois de ter votado.

Link: http://reporteralagoas.com.br/novo/?p=69809

Em Foco V

Bachelet é eleita presidenta do Chile com 63% dos votos

A socialista Michelle Bachelet foi eleita presidenta do Chile nesse domingo (15). Ela obteve 63% dos votos no segundo turno, derrotando Evelyn Matthei.

Monica Yanakiew - Agência Brasil/EBC,
16/12/2013

Buenos Aires - A socialista Michelle Bachelet foi eleita presidenta do Chile nesse domingo (15). Ela obteve 63% dos votos no segundo turno, derrotando a adversária Evelyn Matthei, que representa a aliança de centro-direita. Matthei, que foi candidata do atual governo, teve 38% dos votos.

Com a vitória, Bachelet é a primeira mulher eleita e reeleita para a Presidência do Chile. Ela governou o país de 2006 a 2010, deixando o lugar para o atual presidente, Sebastián Piñera. Pela legislação chilena, os presidentes não têm direito a dois mandatos consecutivos.

Piñera telefonou a Bachelet para dizer que vai cooperar com ela durante os últimos três meses de seu mandato. Bachelet assume em março e o maior desafio será fazer as reformas que prometeu – entre elas, a da Constituição, herdada da ditadura militar.

Apesar de ter conseguido maioria no Congresso, ela não tem votos suficientes para fazer todas as mudanças que quer e terá que negociar com a oposição. A atual Constituição (que só pode ser alterada com o apoio de dois terços dos legisladores) limita a atuação dos políticos e a ingerência do Estado na economia, que foi privatizada durante o regime militar de Augusto Pinochet.

Bachelet quer fazer uma reforma tributária, para aumentar os impostos às empresas e aos mais ricos, obtendo assim recursos para financiar as reformas sociais, entre elas a do sistema educacional. Estudantes do ensino médio e das universidades paralisaram o Chile com protestos em 2011 e 2012, exigindo educação gratuita e de qualidade para todos. As manifestações foram apoiadas por oito de cada dez chilenos.

No Chile, as universidades são todas pagas (inclusive as públicas) e quem não tem dinheiro para financiar os estudos pode pedir empréstimo, mas termina a carreira endividado. Existem escolas de ensino médio gratuitas, mas são de má qualidade porque o governo prefere subsidiar instituições privadas, para que possam cobrar mensalidades baratas e oferecer uma educação de alto nível à população de baixa renda. Os donos dos colégios nem sempre usam o dinheiro do Estado para esse fim.

Nas eleições legislativas, que coincidiram com o primeiro turno em novembro passado, Bachelet conquistou o apoio de 20 dos 38 senadores e de 57 dos 120 deputados federais. Com isso, ela pode aprovar a reforma tributária. Mas para fazer a reforma da educação, precisa de quatro sétimos dos votos (52) do Congresso (22 senadores e 69 deputados federais).

Espaço Aberto I

Crack: recolhimento compulsório ou higienização social?

Andrea Iannelli*

Os SAI (Serviços de Acolhimento Institucional) são destinados às crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, visando à garantia de proteção integral. Podem ser na modalidade de abrigo institucional, casa-lar e repúblicas. A medida de proteção em acolhimento institucional, além de excepcional, tem caráter provisório, o que significa que é preciso empenho para o retorno do acolhido para sua família de origem (IPEA, 2005).
Autores chamam atenção para os prejuízos da privação familiar e da institucionalização (SPITZ, 1979; BOLWBY, 1997; e WINNICOTT, 1999). A criança ou adolescente institucionalizado vivencia uma separação do seio familiar, o que pode configurar em vários sentimentos como os de tristeza, insegurança, rejeição, ódio e fortes angústias (CARETA, 2006). A cultura de institucionalização integra a história da população infanto-juvenil em situação de pobreza, violência e abandono no Brasil, tendo tido o ideal da proteção como justificativa para o secular confinamento em instituições de abrigo[11].
Crianças e adolescentes que são institucionalizadas em SAI têm seus direitos violados por situação de abandono, risco pessoal/social ou negligência de seus pais/responsáveis. Dentre os motivos mais freqüentes estão a carência de recursos materiais da família/responsável; o abandono; a violência doméstica; a dependência química; a vivência de rua e a orfandade (IPEA, 2005).
Os tradicionais *abrigos* para crianças e adolescentes, tiveram historicamente o intuito de suprir as necessidades básicas das crianças e adolescentes “carentes”, criadas à margem da sociedade desigual. O

movimento higienista facilitou a tendência ao acolhimento ao justificar a retirada das crianças e adolescentes consideradas enjeitadas de locais públicos (FÁVERO et al, 2008). Este movimento teve relevância na história brasileira em meados do século XIX e início do século XX, moldado à luz da cultura grega na preocupação com a saúde e introduzindo uma corrente na Saúde Pública de novos hábitos, denominado "movimento higienista" (SOARES, 1990) ou "movimento sanitarista" (HOCHMAN, 1998). O mote principal era o estabelecimento de normas para conservar e aprimorar a saúde coletiva e individual da população (HOCHMAN & LIMA, 1996; HOCHMAN, 1993).

Ainda nos dias de hoje é possível verificar traços da adoção deste pensamento higienista, na medida em que governantes de algumas cidades, sob a égide da promoção da cidadania e do respeito à vida, retiram a população pobre e excluída das ruas de forma compulsória. No caso específico das crianças e adolescentes usuários do *crack*, este recolhimento é realizado em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, sob a alegação de encaminhá-los para tratamento em SAI, visando á garantia dos seus direitos. Todavia, muitas instituições sociais têm afirmado a falta de garantia à qualidade do atendimento prestado e à capacidade de efetivamente serem ajudados na recuperação da saúde e reinserção social, apontando para uma ação paliativa e ineficaz das políticas públicas (ENTIDADES, 2011).

Constata-se mediante nossa práxis enquanto assistente social e pesquisadora que nem toda criança e adolescente teve a oportunidade de ser amparada (e sua família) através da rede socioassistencial antes de ser colocada em um SAI, o que poderia prevenir a institucionalização.

Há ainda frágil capacitação profissional na temática (Criança e Adolescente e uso de crack) o que pode contribuir para a baixa efetividade do funcionamento em rede, que envolve a articulação e comunicação dos profissionais envolvidos no Sistema de Proteção e Garantia de Direitos, a saber: Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS; Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CRAS e CREAS; Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; Conselho Tutelar; Ministério Público; Juiz; Secretaria Municipal de Saúde - SMS; e Centros de Atenção Psicossociais – CAPS ad (Álcool e Drogas); CAPS i (específicos para infância). Percebemos que cada serviço ainda exerce suas atribuições de forma desarticulada, não dinamizando o trabalho de forma intersetorial, conjunta e estruturada, como reza o documento, "Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes" (BRASIL, 2008), elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Segundo o Levantamento Nacional de Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes sob Medida de Proteção executado pelo Centro Latino-Americano de Violência e Saúde (CLAVES) em 2009 – 2011, em parceria com o MDS constata-se que de 52% de SAI no Brasil informaram acolher crianças e adolescentes que usam drogas e um percentual maior (89,6%) acolhem população com vivência de rua. No município do Rio de Janeiro, do total de 1198 crianças e adolescentes acolhidas; 285 têm histórico de vivência de rua (ASSIS & FARIAS, 2013).

O tema do *crack* não foi abordado especificamente na referida pesquisa nacional, mas o uso de substâncias psicoativas pelos pais e pelas próprias crianças e adolescentes. Todavia, a temática *crack* foi reiteradamente levantada nos serviços de acolhimento tanto pelo consumo dos pais como de seus filhos, tornando-se um fator determinante de discussão da relação sobre uso desta substância e a institucionalização.

Trazemos à tona a preocupação da área da saúde coletiva com o consumo de *crack*, na medida em que o crescimento no uso e suas consequências torna-se um desafio que requer a implementação de uma política de atenção às drogas no país. Este desafio exige respostas eficazes das autoridades e da sociedade na elaboração de um programa de intervenção que privilegie ações relacionadas à promoção da saúde, informação sobre os riscos do consumo desta droga, serviços de atendimento especializados, estudos que invistam no tratamento, entre outras ações necessárias (CRUZ et al, 2011).

Setores da sociedade civil, como a Organização dos Advogados do Brasil (OAB/RJ), os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais, de Psicólogos e de Enfermeiros, além de especialistas em doença mental alegam que o recolhimento compulsório de crianças e adolescentes das ruas e *cracolândias* é feito por policiais militares, civis e guardas municipais que retiram de maneira truculenta a população infanto-juvenil das ruas, levando-os para serviços que não oferecem infra-estrutura necessária para o tratamento do uso do *crack* (ENTIDADES, 2011).

Juntando-se a esta retórica, salientamos o repúdio público do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/RJ) quanto ao recolhimento compulsório, tendo em vista compreenderem que as

crianças e adolescentes em situação de rua estão em situação vulnerável a abusos, inclusive sexual e outras formas de exploração, reflexo de "exclusão social", logo devendo ser enfrentado pelo Estado, Sociedade e pela Família com medidas que assegurem, sobretudo, acesso à educação e aos serviços de saúde (CEDCA/RJ, 2011).

Finalizando, o Ministério Público (MP) e o Juizado da Infância e Juventude da Comarca do Rio de Janeiro alegam ser o recolhimento compulsório uma Medida de Proteção, respaldados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Portanto, estamos diante de um impasse entre especialistas de saúde mental e militantes da área infanto-juvenil quanto ao papel do recolhimento compulsório, especialmente por conta das precárias condições de atendimento oferecidas as crianças e adolescentes usuárias de crack nos serviços de acolhimento e na rede de saúde. A reflexão que deixamos é que o caminho que se delineia para esta população, vá ao encontro dos direitos humanos, tendo em vista que crianças e adolescentes são reféns do crack, mas, sobretudo, são vítimas de uma sociedade que não lhes oferecem subsídios sociais capazes de evitarem com que optem por rumos tortuosos; dolorosos e muitas vezes sem volta.

*Andrea Machado Iannelli é assistente social; doutoranda do IFF/FIOCRUZ; e estagiária do PROEALC/UERJ. Email: andreaiannelli2003@yahoo.com.br

Referências Bibliográficas

ASSIS, S. G., FARIAS, L. O. P. *Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional e Familiar*. São Paulo: Hucitec, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Orientações Técnicas*: serviços de acolhimento para criança e adolescentes. Brasília: Conanda, 2008.

CEDCA/RJ, 2011. Disponível em: <http://www.cedecarj.org.br/noticias/124>. (Pronunciamento público do centro de defesa dos direitos da criança e do adolescente em 7 jul. 2011).

CRUZ, M. S.; VARGENSB, R. W.; RAMÔA, M. L. *Crack*: uma abordagem multidisciplinar. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/publicacoes/crack.-uma-abordagem-multidisciplinar/view>. Acesso em: 26 maio 2011.

BOWLBY, J. *Formação e Rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CARETA, D. S. Análise do desenvolvimento emocional de gêmeos abrigados no primeiro ano de vida: encontros e divergências sob a perspectiva winnicottiana. 2006. 248p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

ENTIDADES realizam ato contra recolhimento compulsório de menores viciados em *crack* no Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jul. 2011. Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/07/25/entidades-realizam-ato-contra-recolhimento-compulsorio-de-menores-viciados-em-crack-no-rio-924969888.asp#ixzz1ZoUEprDg>.

FÁVERO, E. T.; VITALLE, M. A. F.; BAPTISTA, M. V. (Orgs.). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados*: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*: as bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nízia. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira república. In: *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência. *Estudos históricos,* Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *O direito a convivência familiar e comunitária*: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA, 2005.

SOARES, Carmem. *O pensamento médico higienista e a Educação Física no Brasil*: (1850-1930). São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SPITZ, R. A. *O primeiro ano de vida*: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

WINNICOTT, D. W. A criança desapossada e como pode ser compensada pela falta de vida familiar. In: D. W. Winnicott. *Privação e delinqüência*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Texto original publicado em 1950).

Espaço Aberto II

Do corpo da mulher à omissão do Estado

José Gonçalo Zúquete
Doutorando do Instituto Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ)

Profª Drª Edinilsa Ramos de Souza
Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública/ENSP/
Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli/CLAVES

Quando se fala de tráfico de mulheres para fins sexuais, automaticamente surge no pensamento a imagem de uma mulher que foi enganada ficando numa situação muitas vezes denominada como “escravidão moderna”. Ela viaja em busca de um bom emprego e quando chega ao país de destino fica sem os documentos e em situação de cárcere sendo obrigada a se prostituir. Embora tão discutido atualmente, este não é um assunto recente. Começou-se a falar de tráfico de mulheres em finais do século 19 e início do século 20. Nessa época esse fenômeno era denominado como “escravidão branca” e se referia a mulheres que vinham da Europa em busca de melhores condições de vida para o continente americano (BLANCHETTE, 2009; RAGO, 2011). Vivia-se uma época de fortes valores católicos e este fenômeno gerou um pânico moral. Assim, seu combate se direcionou, sobretudo, à prostituição e à imigração de mulheres sozinhas.

Atualmente, o protocolo de Palermo1[1] diferencia o tráfico de mulheres, no qual o deslocamento é feito através do uso da força e ameaça, da escolha de viajar para trabalhar na indústria do sexo como uma opção que não foi uma migração forçada. De acordo com Sassen (2003) tem sido crescente a presença da mulher imigrante, procurando em outro país as oportunidades que não têm no seu local de origem. Estes circuitos transfronteiriços têm em comum o fato de serem rentáveis e gerarem benefícios com o deslocamento de pessoas que se encontram em situação precária e desvantajosa. Neles, um elevado número de mulheres inclui como possibilidade o trabalho na indústria do sexo (SASSEN, 2003, AUGUSTIN, 2007).

De fato, como menciona Wieviorka (2002), o capitalismo se interiorizou nas relações do que é o indíviduo moderno nas sociedades. É através da participação social e política na vida da cidade que se define o individuo e não pelas suas pertenças culturais. Se ela ganha muito dinheiro, é integrada socialmente ou, pelo contrário, é excluída. Assim, muitas vezes o indivíduo toma certas decisões porque se recusa a se ver negado como sujeito. Viajar para trabalhar na indústria do sexo é uma decisão que busca uma autonomia e participação na vida social, e frequentemente, sustentar suas famílias (AUGUSTIN, 2007).

1 O protocolo considera como tráfico o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso de força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração.

Jeffreys (2008) considera que os Estados que legalizam a prostituição tornam-se "cafetões" da indústria do sexo. Em sua visão, qualquer mulher que trabalhe na indústria do sexo pode ser considerada vítima de tráfico, pois considera que o enveredar por este caminho é algo política e socialmente construído mediante situações paralelas que o engendram em face da pobreza, do abuso sexual de crianças e adolescentes, da moradia na rua e da prostituição forçosa pela família, não sendo esta uma opção de vida. Diante desse pressuposto, o enfrentamento seria à prostituição e não ao tráfico em si, e se admite a premissa de que o trabalho na indústria do sexo é uma forma de escravidão.

No entanto, muitas das mulheres que optam pela indústria do sexo não se reconhecem como vítimas, visto que o lucro que conseguem obter com tal atividade lhes permite sair de uma situação socioeconômica precária, marcada por episódios de violência, emprego mal remunerado ou falta de oportunidades de trabalho, onde, aí sim se consideravam vítimas. Através do mercado do sexo têm acesso a um melhor padrão de vida que lhes permite ter visibilidade e aceitação social (LOPES et all, 2007; SILVA et all, 2005).

Embora em vários Estados a prostituição não seja considerada um crime, mas sim a sua exploração, ela frequentemente acaba tendo um tratamento muito próximo ao de um ato criminoso. Isto se deve ao fato dessa profissão além ser estigmatizada, poder colocar a mulher na condição de vítima de tráfico e, assim, ser internada em uma casa abrigo, ou ainda ser identificada como imigrante ilegal que deve ser deportada. É neste sentido que Piscitelli (2008) refere que na Europa oriental ocorre a internação forçada de prostitutas estrangeiras, durante meses, em abrigos custodiados pela polícia, mesmo que estas mencionem não ter sido vítimas de tráfico.

No âmago deste debate encontram-se questões como: o que se quer combater? A prostituição, a imigração ilegal ou o tráfico de mulheres? Se o foco recair sobre a prostituição, será que identificá-la como tráfico e acionar medidas com base na repressão ou internamento traz alguma melhoria a vida destas mulheres? É sabido que as bases da prostituição estão constituídas por problemas sociais bem mais profundos como desigualdade social, de gênero, pobreza, educação e desemprego, dentre outros, e é, no mínimo, reducionista querer enfrentá-la com medidas repressivas e de cerceamento à liberdade de ir e vir das mulheres.

Conforme apontam alguns estudos, na visão de mulheres que estão ou estiveram no circuito da indústria do sexo internacional verifica-se que o denominado tráfico, na verdade é uma atividade de prostituição que inclusive pode ser momentânea, não devendo ser considerada forçada. Para elas, muitos dos seus problemas estão no país de origem. Seus deslocamentos, não raras vezes, contaram com a ajuda dos familiares, não reunindo as características do que se convencionou nomear como tráfico no protocolo de Palermo (PISCITELLI, 2004; TERESI, 2010, PASCUAL;2007).

Portanto, à luz do discurso dos direitos humanos, o combate ao tráfico de mulheres assume medidas que acabam por não levar em conta a opinião delas e isto pode resultar em ações antimigratórias e xenofóbicas (ASBRAD, 2008; ALVIM, 2010; KEMPADOO, 2005). Nesse caso, sob a aparente restituição da garantia de direitos, a liberdade destas mulheres passa a ser cerceada pela força do Estado, passando a ser ele próprio quem tem o poder de decidir sobre os seus "corpos", ignorando seus direitos e opções de escolha.

Referências

AUGUSTIN, Laura. Sex at the Margins: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry. London: Zed Books, 2007.

ALVIM, Filipa; TOGNI, Paula Christofoletti. Sob o véu dos direitos humanos: tráfegos, tráficos e políticas públicas para a imigração. Um estudo de caso sobre as mulheres brasileiras em Portugal. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

ASBRAD. Direitos Humanos e gênero no cenário da migração e do tráfico internacional de pessoas. Cadernos Pagu, Campinas, n. 31, p. 251-273, jul./dez. 2008

BLANCHETTE, Thadeus; SILVA, Ana Paula. As American girls: Migração, sexo e status imperial em 1918. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 75-99, jan/jun. 2009.

JEFFREYS, Sheila. The Industrial Vagina: the political economy of the global sex trade. New York: Routledge, 2009LOPES, Concimar da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura; PIMENTA, Rosely Pereira Barbosa. A Bela Adormecida: estudo com profissionais do sexo que atendem à classe média alta e alta na cidade de Goiânia. Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 19, n. 1, Apr. 2007.

PASCUAL, Alejandra. Mulheres vítimas de tráfico para fins de exploração sexual: entre o discurso da lei o a realidade de violência contra as mulheres. In: LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBORIO, R. M. C. (Orgs.). Tráfico de Pessoas e Violência Sexual. 1. ed. Natal/RN: EntreBairros, 2007. v. 1. p. 43-58.

PISCITELLI, Adriana. Entre a Praia de Iracema e a União Européia: turismo sexual internacional e migração feminina. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sergio. (Orgs.). Sexualidades e Saberes, convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 250-270.

RAGO, Margareth. Prefácio à Emma Goldman: tráfico de Mulheres. Cad. Pagu, Campinas, n. 37, Dec. 2011.

SASSEN, Saskia. Contreografias de la globalización. Géneros y ciudadania en los circuitos transfronteirizos. Madrid: Traficantes de suenõs, 2003.

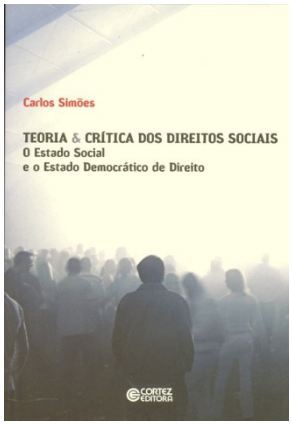
TERESI, Verônica. Desafios encontrados na identificação das vítimas brasileiras de tráfico para fins de exploração sexual: consequências na atenção e a garantia aos direitos das vítimas. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 3, p. 89-113, 2010.

SILVA, A; BLANCHETTE, T."Nossa Senhora da Help": sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. Cadernos Pagu, n. 25, p. 249-280, jul./dez. 2005.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. Cadernos Pagu, Campinas-SP, n. 25, p. 55-78, jul./dez. 2005.

WIEVIORKA, Michel. A Diferença. Lisboa: Fenda Edições,2002.

Livros/Lançamentos



SIMÕES, Carlos. ***Teoria & Crítica dos direitos sociais - o estado social e o estado democrático de direito*. São Paulo, Cortez Editora, 2013.**

Esta obra interessa aos profissionais que atuam no campo dos direitos e políticas sociais, no setor estatal e privado, assim como aos estudiosos da teoria geral dos direitos fundamentais. Expõe os conceitos gerais e específicos dos direitos sociais, distinguindo-os das diversas formas e limites em que expressam suas particularidades, com rigor técnico. Propicia o acesso às diversas concepções teóricas e aos problemas que suscitam por meio da exposição e crítica de seus fundamentos, buscando elucidar seus limites conceituais.



MÉSZÁROS, István. *O conceito de dialética em Lukács.* São Paulo, Boitempo, 2013.

A Boitempo acaba de lançar *O conceito de dialética em Lukács*, novo livro de István Mészáros. Com a intenção de facilitar o estudo da obra multiforme e altamente complexa de Lukács, Mészáros instaura uma matriz interpretativa para o trato do pensamento de seu mentor –Mészáros cultivou uma relação ímpar com Lukács do final da década de 1940 e até sua morte, em 1971 – e analisa criticamente seu legado. Para José Paulo Netto, trata-se de "um dos melhores e mais criativos estudos já publicados sobre a concepção de dialética que se articula e se desenvolve no conjunto da obra de György Lukács. Com ele, Mészáros instaurou uma matriz interpretativa para o trato do pensamento do filósofo húngaro."

O filósofo húngaro estará no Brasil para lançar este livro com uma série de conferências "A dialética de Lukács e o enigma do Estado. Durante o mês de novembro, ele passará pelas cidades de São Paulo, Marília, Belo Horizonte e Goiânia.

Leia abaixo a orelha, assinada por Ester Vaisman

Profundo conhecedor da obra de György Lukács, István Mészáros sustenta, nesta obra, a tese da presença constante da categoria dialética na extensa obra lukacsiana. Para tanto, alerta ser fundamental expor, ainda que sucintamente, como a categoria emerge e como é tratada pelo autor no contexto de seus diversos textos.

De maneira competente e rigorosa, Mészáros analisa o caráter específico que a "dialética" assume no pensamento lukacsiano, procurando explicar a originalidade dessa concepção e as intricadas relações que essa categoria, tão especial para Lukács, nos complexos categoriais de seu sinuoso e diversificado itinerário intelectual e político. É importante sublinhar, contudo, que indicar uma preocupação constante por parte de Lukács em relação à dialética não significa, de acordo com Mészáros, que o autor "permaneceu sempre um idealista hegeliano", pois a própria "continuidade em questão é dialética: a unidade entre continuidade e descontinuidade".

A adesão ao marxismo certamente operou uma mudança qualitativa no eixo teórico sustentador da dialética e outras categorias lukacsianas, mas não houve uma mudança repentina ou "ruptura radical". O próprio Lukács, diz Mészáros, combateu vigorosamente esse tipo de interpretação. Acrescenta, com ironia, que "conversão total é privilégio de uma segunda infância intelectual que deve proceder de uma amnésia completa".

A rejeição à ideia de "ruptura radical" pode ser explicada, de acordo com Mészáros, pelo contexto de predomínio do marxismo vulgar, de ataques dogmáticos contra a dialética e mecanicismo, além do caráter problemático da racionalidade dialética – quando concebida em termos idealistas – e do particular contexto histórico-social da Hungria, cujo atraso em direção ao desenvolvimento capitalista "acabou por se tornar a base para o emergir de uma síntese profundamente original". Tendo em vista o cenário carregado de vicissitudes trágicas que acompanharam a União Soviética e o Leste Europeu, Lukács desenvolveu uma posição singular, independentemente de suas contradições, e que está consubstanciada no dilema entre filosofia e prática.

Publicado originalmente em 1972, na Inglaterra, *O conceito de dialética em Lukács* traz vários e preciosos documentos, incluindo o apêndice "A verdade de uma lenda" e uma detalhada biografia de Lukács, escrita com desvelo por alguém que teve o privilégio de não apenas ser aluno como também conviver e manter uma rica correspondência com um dos mais importantes filósofos marxistas do século XX.

Agenda Acadêmica

II SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Data: 7 a 9 de maio de 2014.

Local: Universidade de Brasília

Link: www.sndd2014.eventos.dype.com.br. As inscrições já estão abertas.

O II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades ocorrerá na Universidade de Brasília, de 7 a 9 de maio de 2014. O Simpósio aceitará inscrições para seus grupos de trabalho, que são:

- GT Desigualdades de gênero e de raça (coordenado por Maria Aparecida Abreu - UFRJ);
- GT Desigualdades e informação (coordenado por Alessandra Aldé - UERJ);
- GT Desigualdades e capitalismo (coordenado por Álvaro Bianchi - Unicamp); e
- GT Desigualdades e teoria política (coordenado por Celi Pinto - UFRGS).

As inscrições ocorrerão de **3 de outubro** de 2013 a 3 **de fevereiro** de 2014. Para as**apresentações orais** serão aceitos trabalhos de doutorandas(os) e doutora(es). A fim de garantir a qualidade das discussões, cada GT aceitará apenas 10 trabalhos para apresentação oral. Deverão ser submetidos os **papers completos**, não apenas resumos. O paper deve ter entre 15 e 30 páginas, contendo título; nome, titulação e instituição das(os) as(os) autoras(es); resumo de até 10 linhas e três a cinco palavras-chave.
Cada GT aceitará até 10 **pôsteres**, sem exigência de titulação das(os) autoras(es). Para inscrição de pôster, deverá ser submetido um texto com até 5 páginas, contendo título; nome, titulação e instituição das(os) as(os) autoras(es); resumo de até 10 linhas e três a cinco palavras-chave.

A divulgação dos trabalhos aprovados ocorrerá na **segunda quinzena de fevereiro** de 2014.
O Simpósio objetiva gerar um espaço de discussão aprofundada sobre seu tema – a relação entre democracia e desigualdades. Contrariamente à maior parte dos eventos acadêmicos, em que a grande quantidade de papers apresentados obstaculiza uma reflexão mais detida, o Simpósio programou: (a) inscrição de papers completos, em vez de simples resumos, a fim de garantir a qualidade dos trabalhos selecionados; (b) sistema de relatorias, em que cada expositor apresenta comentário escrito sobre o trabalho de outro expositor, de forma a ampliar o engajamento de todos nas discussões e as trocas intelectuais; (c) garantia de tempo mínimo de uma hora initerrupta para a discussão de cada trabalho. Os eixos temáticos do Simpósio, por sua vez, vinculam expressamente as instituições políticas democráticas ao ambiente social em que se encontram, permitindo avançar além das percepções formalistas da democracia.

Em breve, será divulgada a forma de inscrição eletrônica no II Simpósio.

XVII CONGRESO INTERNACIONAL DE AHILA "ENTRE ESPACIOS: LA HISTORIA LATINOAMERICANA EM EL CONTEXTO GLOBAL"

Data: 9-13 de septiembre de 2014

Local: **Berlín, Alemania. Colegio Internacional de Graduados "Entre Espacios"**

Freie Universität Berlin

Simpósio: Construção histórica da América Latina: MERCOSUL - entre o local e o global (séc. XX/XXI)

Coordenadores:

Profª Drª Maria Teresa Toribio Brittes Lemos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Profa Dra. Katarzyna Dembicz - Cesla (Centro de Estudios Latinoamericanos)/Universidad de Varsóvia-UW

Prof. Dr. Alexis T. Dantas- Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Ementa: O simpósio Construção histórica da América Latina: MERCOSUL - entre o local e o global parte do pressuposto teórico que a globalização é um fenômeno de longa duração, desenvolvido desde a expansão comercial europeia no século XVI, conforme aportes conceituais de Serge Gruzinski e Sanjay Subramanyan . O simpósio propõe debater as relações intrínsecas entre o global e o local, estruturas socioeconômicas que se integram, destacando as relações regionais, transregionais e Sul a Sul, a partir da experiência do MERCOSUL. Através de uma abordagem interdisciplinar sobre as relações entre Argentina e Brasil, pretende-se rediscutir aspectos pertinentes à Globalização.

Maiores informações: nucleas@gmail.com

Expediente

Reitor
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Prof. Paulo Roberto Volpato Dias
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Dr. Léo da Rocha Ferreira
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editoras Responsáveis
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Andreia de Souza Carvalho

Coordenação de Produção
Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Maria José Martins da Silva (PROEALC/CCS/UERJ)
Danilo Rocha Cerqueira (PROEALC/CCS/UERJ)
Colaboradores
Andrea Iannelli (IFF/FIOCRUZ)
Bruno Oliveira Pedreira (UERJ)
Edinilsa Ramos de Souza (ENSP/FIOCRUZ)
José Gonçalo Zúquete (IFF/FIOCRUZ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.